

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A IMPRENSA EM CABO VERDE E NO BRASIL
UM OLHAR, DUAS HISTÓRIAS**

ROSSANA PINA RIBEIRO

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A IMPRENSA EM CABO VERDE E NO BRASIL
UM OLHAR, DUAS HISTÓRIAS**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

ROSSANA PINA RIBEIRO

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A Imprensa em Cabo Verde e no Brasil. Um olhar, duas histórias**. Elaborada por Rossana Pina Ribeiro.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz
Doutora em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação -
UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Cristiane Henriques Costa
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação -. UFRJ

Prof. Paulo Guilherme Domenech Oneto
Doutor em Filosofia pela Université de Nice (França)
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Ribeiro, Rossana Pina.

Jornalismo Comparado: A imprensa em Cabo Verde e no Brasil. Um olhar, duas histórias. Rio de Janeiro, 2013.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz

RIBEIRO, Rossana Pina. **A imprensa em Cabo verde e no Brasil. Um olhar, duas histórias.** Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho tem como preocupação central identificar a história da imprensa de Cabo Verde e a história da imprensa brasileira. Examinando a imprensa nesses dois países, refletir sobre a história nesses dois países. De uma forma mais específica, a proposta foi lançar um olhar ao passado e à situação atual da imprensa nos dois países, em função das raízes da autora e de sua experiência como graduanda de jornalismo no Brasil.

A metodologia utilizada, numa primeira etapa, foi a pesquisa bibliográfica em impressos e na Internet, de forma a obter suportes teóricos e científicos para a fundamentação do trabalho. Numa segunda etapa, foram realizadas entrevistas com o intuito de verificar se existe alguma semelhança na história das imprensas cabo verdiana e brasileira.

Foram usados como referências os autores João Nobre Oliveira, em seu livro *A imprensa cabo-verdiana, 1820 – 1975*; Humberto Cardoso, em *O Partido Único em Cabo Verde - Um assalto à esperança*; e Isabel Lopez Ferreira, em *Mal-estar no jornalismo cabo-verdiano*. Também foram esteios da pesquisa Nelson Werneck Sodré, com sua *História da Imprensa no Brasil*, e Marialva Barbosa através da *História Cultural da Imprensa*.

Palavras – Chave: Imprensa de Cabo Verde, Imprensa Brasileira, jornalismo comparado

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha irmã, minha inspiração, minha grande referência, Neusa Ribeiro (in memoriam), que sempre permanecerá nas minhas lembranças, e principalmente no meu coração.

AGRADECIMENTO

Escrever nunca é um esforço solitário e, como sempre, há muitas pessoas a quem devo agradecer ao apoio na conclusão deste trabalho.

Meu primeiro agradecimento, obviamente, vai para Deus que me deu força e perseverança nos momentos difíceis e de fraqueza durante a execução deste trabalho.

Em seguida para os meus pais, Luiza e Eurídio (in memoriam) pelo incentivo e amor incondicional. Vocês são a grande razão para o meu desenvolvimento pessoal e intelectual, Obrigada!

Ao meu querido pai José Monteiro por todo apoio e carinho. Um pai que Deus pôs na minha, Thank you!

A minha querida tia, minha mãezinha, Júlia por sempre acreditar em mim, Gratias Tibi!

Aos meus tios Carlos e Isabel que sempre estiveram presente em todo o momento! Vocês são as minhas maiores referência, Muchas Gracias!

A minha orientadora Cristina Rego Monteiro por ter sido mais que uma orientadora, uma conselheira, uma amiga. E ainda pela tolerância e pelas suas hábeis orientações, Merci beaucoup!

A toda a minha família, pela confiança depositada em mim, Thank you very much!

Aos amigos antigos que continua amigos e aos novos que já são tão importantes, por tornarem mais amenas as dificuldades, Crazie!

Aos professores, que de algum jeito contribuíram para que eu chegasse até aqui, Dankeschön!

E por ultimo, não o menos ao Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC- G) pela oportunidade de tornar o jornalismo uma realidade, Merci!

“Se não puder voar, corra. Se não puder
correr, ande. Se não puder andar, rasteje,
mas continue em frente de qualquer jeito”.

Martin Luther King Jr.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A HISTÓRIA DA IMPRENSA DE CABO VERDE.....	14
2.1 De um boletim ao universo midiático eletrônico.....	15
3. A HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA.....	23
3.1 O jornalismo no Segundo Reinado.....	26
3.2 A imprensa na tumultuada República Velha.....	28
3.3 Entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo.....	30
3.4 O Brasil e a imprensa no interregno democrático 1945- 1964.....	31
3.5 A imprensa e o regime militar.....	33
3.6 A redemocratização e a imprensa no Século XXI.....	36
3.7 A imprensa hoje.....	37
4. A IMPRENSA DE CABO VERDE E A IMPRENSA BRASILEIRA.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
7. ANEXOS.....	50

1. INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, antes de destacar a importância da escolha do tema dessa pesquisa, vou relatar o que a mídia significou na minha vida antes de vir para o Brasil estudar o jornalismo. Como surgiu o meu interesse pelo tema, pela faculdade de jornalismo, e o que a mídia hoje significa para mim.

Vim de um país insular, constituído por dez ilhas. Cabo Verde está localizado no Oceano Atlântico, 640 km a oeste de Dacar, no Senegal. Eu nasci na Ilha do Fogo, na cidade de São Filipe, que tem cerca de oito mil habitantes e 476 quilômetros quadrados.

Durante a minha infância e o início da minha adolescência eu vivia entre duas ilhas. A Ilha do Fogo que é a minha cidade natal e onde eu morava com a minha mãe e com a minha avó. E a ilha de Santiago, mas precisamente na cidade da Praia, que é a capital do país, onde o meu pai morava devido a melhores condições de trabalho que a cidade oferece. Meu pai era economista e trabalhava numa empresa conceituada de Cabo Verde. Por ter um bom emprego, ele possuía certa condição econômica. Já a minha mãe não trabalhava, porque ela fez apenas o ensino fundamental.

A mídia não fazia parte da minha realidade. Por morar no interior de uma cidade pequena onde a falta de energia constituía um dos grandes problemas locais, eu não tive contato com a mídia eletrônica, à exceção do rádio, que era o aparelho mais acessível dentro da realidade econômica da minha família e também não precisa de energia para funcionar. Outra razão pela qual esse universo midiático não me pertencia era a falta de recursos para ter um aparelho de televisão, um motor e os demais equipamentos, pois ainda era uma novidade. Só quem possuía certo poder aquisitivo podia ter uma televisão. E no interior da minha cidade, só quem possuía um motor, já que não tinha energia na minha localidade. Além disso, tinha que poder dispor de certa quantia diária para adquirir o combustível para o motor. E a minha família não tinha condição financeira para tal. Na minha infância algumas vezes eu tive oportunidade de assistir televisão na casa de vizinhos. Àquela altura, eram poucas pessoas que possuíam o aparelho na minha localidade. Lembro que assistíamos o jornal da noite e novelas para poder economizar no combustível, mas mesmo isso não acontecia com frequência.

Quanto à mídia impressa, eu não tinha nenhum contato com esses meios, exceto quando visitava o meu pai na cidade da Praia. Ele comprava jornal e eu lia a parte infantil. Lembro que a sensação ao ler era igual à de criança que ganhou um brinquedo novo, ou chocolate, e também adorava o cheiro do papel. Até então jornal para mim era produto para pessoas com capacidade para grandes aquisições financeiras.

Em Cabo Verde o sonho de qualquer pai era ter o filho estudando no exterior, pois não existia nenhuma Universidade em Cabo Verde. E o meu maior sonho era fazer o curso superior no Rio de Janeiro, mas até então eu não tinha decidido o curso ou a faculdade, apenas o país. Também era o grande sonho da minha mãe. A escolha pela Cidade do Rio de Janeiro foi devido à influência que as novelas brasileiras tiveram na minha vida.

Toda criança tem o sonho de quando crescer seguir uma profissão, mas no meu caso foi diferente. Lembro que a minha mãe dizia que eu ia ser médica, daí também resolvi que queria ser médica, porém sempre tive medo de sangue... mas quando alguém da família perguntava, a minha resposta era que eu ia ser médica.

Outro momento marcante na minha vida foi a partida da minha mãe para os Estados Unidos da América. Ela imigrou para os Estados Unidos a procura de melhores condições de vida e tive que morar com o meu pai. Na casa do meu pai havia televisão, e ele tinha o hábito de comprar jornal.

A minha paixão pelo jornalismo começou quando assistia a um programa de televisão no qual a apresentadora era a minha prima. Lembro que meu pai falava com orgulho: “Olha a sua prima”. Foi nesse momento que começou o meu interesse pelo jornalismo. Mas, nessa fase da minha vida, tudo era novidade e descoberta. Lembro que descobri a profissão de comissária de bordo e me encantei pela profissão, porque poderia viajar pelo mundo. Quando contei para o meu pai sobre a minha escolha, ele não concordou, argumentando que comissária de bordo não é uma profissão por não ter estabilidade. Triste e decepcionada tive que fazer outra escolha. Como já existia algum interesse pelo jornalismo, decidi ser jornalista. Fui contar para o meu pai e dessa vez a reação foi contrária à anterior - ele ficou orgulhoso e disse que iria custear a minha estadia no Brasil.

O meu pai faleceu quando eu tinha 12 anos, quando comecei a fazer o ensino médio. Desde então decidi fazer jornalismo para que eu meu pai pudesse ficar orgulhoso de mim, aonde quer que ele esteja. Ainda no ensino médio, numa aula de Formação Pessoal e Social, a minha professora colocou no quadro negro as profissões e o salário

correspondente a cada profissão. Foi nesse momento que decidi fazer jornalismo. Lembro que escolhi porque as outras profissões estavam inteiramente ligadas a números, eu não gostava de matemática e também pelo salário, que àquela altura me pareceu estável.

Voltei para a minha cidade natal para morar com a minha tia e a minha avó. Levaram energia para lá nesse mesmo período e comecei a assistir assiduamente os telejornais locais. A situação financeira da minha família melhorou e passamos a ter televisão a cabo em casa. Comecei a assistir jornais do Brasil pela TV Record e pela TV Globo, o que me deixou ainda mais encantada com aquele mundo jornalístico.

Decidi que queria fazer jornalismo para poder conhecer o mundo, novas culturas e pessoas, isso com 14 anos.

Nos dois últimos anos do ensino médio optei pela área de ciências humanas, em função da afinidade por disciplinas como a Língua Portuguesa, Psicologia, Direito e o Inglês. Teoricamente essas disciplinas dariam preparo para o curso escolhido, o que não condissse com a realidade.

No ultimo ano do ensino médio começaram a surgir algumas duvidas em relação a escolha da profissão. Comecei a gostar de Direito, a ter conhecimento de outras profissões, como Relações Internacionais. Fui ao psicólogo fazer testes vocacionais, porém continuei com a minha dúvida, mas ele me convenceu que eu devia fazer jornalismo, argumentando que o jornalismo já engloba as duas profissões - tanto Direito quanto Relações Internacionais. Decidi então fazer jornalismo. Como existe um convenio entre Brasil e Cabo Verde, candidatei-me a uma vaga numa das universidades brasileiras devido a uma boa média final do ensino médio, na Língua Portuguesa e no inglês. Consegui a vaga na Escola de Comunicação para cursar Jornalismo na UFRJ, na qualidade de estudante de intercambio.

O objetivo dessa monografia consiste em identificar a história da imprensa de Cabo Verde, de onde vim, e a historia da imprensa no Brasil, para onde vim. Examinando a imprensa nesses dois países, refletir sobre a história nesses dois países. De uma forma mais especifica, a proposta foi lançar um olhar sobre o meu próprio olhar, ao passado e à situação geral atual da imprensa nos dois países.

Como metodologia utilizamos, numa primeira etapa, pesquisas bibliográficas e a Internet, como forma de ter suportes teóricos e científicos para a fundamentação do trabalho. Numa segunda etapa, optamos por entrevista, com o intuito de verificar se existe alguma semelhança na historia das imprensas cabo verdiana e brasileira.

Esse trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro tem como objeto a história da imprensa de Cabo Verde. É uma tentativa de analisar a imprensa no arquipélago de Cabo verde, no passado até os dias atuais. Nesse capítulo foram usadas como referência João Nobre Oliveira, A imprensa cabo-verdiana, 1820 – 1975; Humberto Cardoso, O Partido Único em Cabo Verde-Um assalto à esperança; e Isabel Lopez Ferreira, Mal-estar no jornalismo cabo-verdiano.

No segundo capítulo é abordada a história da imprensa brasileira até os dias atuais. Os autores usados como referência foram Nelson Werneck Sodré, com sua História da Imprensa no Brasil, Marialva Barbosa através da História Cultural da Imprensa.

O terceiro e o último capítulo busca fazer uma comparação entre a história da imprensa entre esses dois países, Cabo verde e Brasil, a partir de cruzamento de informações e entrevista com a professora e pesquisadora Marialva Barbosa e com Filomena Silva, Diretora Geral do principal jornal cabo verdiano, A Semana.

2. A HISTÓRIA DA IMPRENSA DE CABO VERDE.

Cabo Verde é um pequeno país insular, situado no Oceano Atlântico, a cerca de 500 km da costa ocidental da África, em frente ao Senegal.

O arquipélago de Cabo Verde é composto por dez ilhas e oito ilhéus, todos de origem vulcânica, que formam dois grupos distintos consoantes a posição dos ventos alísios do nordeste. O Barlavento reúne as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; enquanto que Sotavento reúne as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. As principais cidades são Praia (ilha de Santiago), onde fica situada a sede do Governo, e Mindelo (ilha de São Vicente).

As principais ilhas do país são Santiago, no qual se concentra mais da metade da população total residente no país, cerca de 50% e São Vicente que representa cerca de 20% da população total residente no país. A superfície total é de 4.033 Km², e a população é de aproximadamente 1 milhão, sendo que de acordo com o Censo 2000, 431.989 mil habitantes residem em Cabo Verde e os outros se encontram na diáspora. A língua oficial é o português, mas o dialeto local, o crioulo, é predominantemente falado em todas as ilhas.

O arquipélago foi descoberto em 1460 por navegadores portugueses, tendo sido colonizado pela então Coroa Portuguesa até à data de 1975. A governação conjunta com a Guiné-Bissau, sob a alçada do partido libertador (PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), que sucedeu à independência do arquipélago, acabou por desmoronar em 1980, tendo por base um golpe de estado que teve lugar na Guiné. A partir de então, Cabo Verde entendeu que seria melhor continuar a sua caminhada política independente da Guiné, tendo, assim, formado o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) que continuou a governar o país num contexto político monopartidário até ao início dos anos 90. É desta forma que se explica o colapso do plano traçado por Amílcar Cabral, que concebia uma administração conjunta para os dois países, que acabaram por seguir percursos históricos políticos completamente diferentes.

No dia 13 de Janeiro de 1991, foram realizadas primeiras eleições livres, em que, ao povo, foi assegurado o direito de poder escolher quem governa o país. O Movimento para a Democracia (MPD), partido que mais se aflorou com a chegada da democracia, acabou por triunfar-se como vitorioso.

2.1 De um boletim ao universo midiático eletrônico

A história da comunicação cabo-verdiana não nos remete a um passado tão distante como a própria história do país. Em 1842, começou a ser publicado, em Cabo Verde, o Boletim Oficial do Governo-geral. Cabo verde foi o primeiro país da África Lusófona a receber a preciosa invenção de Gutenberg, devido à proximidade geográfica em relação à antiga metrópole. “Destinadas a imprimir os primeiros periódicos das Colónias – os Boletins Oficiais –, essas tipografias colocavam-se ao serviço da Monarquia e do Governo, para defender explicitamente os seus interesses comerciais e industriais” (LARANJEIRA: 1988,103).

Em 1842, começou a ser publicado, em Cabo Verde, o Boletim Oficial do Governo-geral, destinado a imprimir os primeiros periódicos das Colónias. Essas tipografias colocavam-se ao serviço da Monarquia e do Governo, para defender explicitamente os seus interesses comerciais e industriais. O Boletim, além de conter assuntos oficiais, funcionava, também, como um jornal, divulgando de forma reduzida, notícias de diversas publicações nacionais e estrangeiras, e produções literárias de autores cabo-verdianos.

Trinta anos depois, mais concretamente, em 1877, o país conheceu o seu primeiro jornal oficial, de nome *Independente*, com sede na ilha de Santiago. A publicação que se estendeu até 1890 data em que foi promulgado um Decreto que estabeleceu restrições à imprensa periódica, marcou indubitavelmente, a primeira fase da atividade jornalística em Cabo Verde.

Foi aquele jornal que lançou os alicerces tendentes à eclosão de outros títulos, poucos anos depois. À guisa de exemplo, podemos citar *Correio de Cabo Verde*, *Echo de Cabo Verde*, *A Imprensa*, *A Justiça*, *O Protesto*, *O Povo Praiense*, *O Praiense* e *Praia*, todos de cariz político e noticioso.

É de realçar que, abinitio, o desenvolvimento da imprensa cabo-verdiana foi muito lento, devido não somente à posição isolada que o país ocupa no meio do Atlântico, que então impossibilitava o abastecimento por via terrestre, mas, também, devido à inexistência de profissionais que se ocupassem do jornalismo. Além disso, durante um longo período de tempo, a imprensa não fazia mais do que o retrato dos assuntos que interessavam ao Governador, o que dificultava o desenvolvimento da imprensa bem como impossibilitava a liberdade de expressão.

Durante a 2ª fase, iniciada em 1889, foram publicados quatro jornais, em São Vicente: *Revista de Cabo Verde*, *Liberdade*, *A Opinião* e *O Espectro*. Data ainda deste período a publicação, na Praia, de um número único especial do Jornal Cabo Verde, destinado a assinalar a passagem do príncipe real D. Luiz Filipe por Cabo Verde, em 1907.

A 3ª fase iniciou-se com a proclamação da República, em Portugal, em 1910, e terminou com a abolição do Estado Novo, em 25 de Abril de 1974. Apesar de ter sido um período conturbado, marcado pela ditadura, pela censura e pela ausência da liberdade de imprensa e de expressão, foram publicados cerca de vinte jornais, bem como folhas manuscritas, da iniciativa de jovens estudantes do Seminário-Liceu de São Nicolau e do Colégio Municipal de São Vicente.

Outros jornais que se distinguiram nesta época foram: *O Popular e Cabo Verde*, (publicados, no Mindelo, nos anos de 1914 e 1920, respectivamente); *O Caboverdiano*, *A Ação*, *A Seiva*, e *A Verdade* (publicados, na Praia, de 1918 a 1922); *A Despesa*, (publicado em 1913), *O Manduco* (publicado no Fogo a partir de 1923), *O Notícias de Cabo Verde* (fundado em 1931), *O Eco de Cabo Verde* e *O Ressurgimento*.

Em 1936, os escritores Baltazar Lopes da Silva e Jorge Barbosa iniciaram a publicação da revista *Claridade*, que marcou o movimento neorrealista em todo o território português (à exceção do Brasil). No entanto, é só a partir de 1950 que a imprensa cabo-verdiana começou a ganhar expressão, sempre ligada à literatura. De 1940 a 1961, surgiram várias publicações, em Cabo Verde, no seguimento dos movimentos liberais africanos. Muitos jornais foram extintos, devido, principalmente, a problemas financeiros.

Já, nos anos 30 do século XX, apareceu a rádio, que veio a pôr fim ao monopólio dos jornais no processo de informar os cidadãos. João Nobre de Oliveira defende que, assim como nos jornais, deve-se à iniciativa privada a introdução da rádio em Cabo Verde. (OLIVEIRA, 1998)

Neste contexto, surgiu, em 1945, a Rádio Clube de Cabo Verde, que deu lugar à Rádio Sotavento. No entanto, várias outras emissoras apareceram, posteriormente.

A 4ª fase corresponde ao período que se segue à queda da ditadura portuguesa e a subsequente independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975, data a partir da qual nascem o jornal público *Voz di Povo* (extinto na década de 90, para ser substituído pelo *Novo Jornal de Cabo Verde* e, mais tarde, pelo *Horizonte*, hoje extinto) e o *Terra Nova*, ligado à Igreja Católica.

Nesta fase, distinguiram-se, também, as revistas *Raízes e Ponto & Vírgula*. Mais tarde, apareceram outros jornais privados que ainda hoje se podem encontrar nas bancas, como por exemplo, *A Semana* e *Expresso das Ilhas*. O Estado assegurava o *jornal Horizonte*, hoje extinto, e a agência de notícias *Inforpress*.

Com o advento do partido único, em Cabo Verde, em 5 de Julho de 1975, o país adotou o modelo autoritário de jornalismo, cujas raízes remontam à própria filosofia política do partido que se achava no Poder. Ou seja, o modelo de jornalismo é, no ensino de muitos especialistas, uma emanação direta do modelo de regime político em vigor, num determinado país. Este, o regime político, define aquele, o tipo de jornalismo.

O modelo de jornalismo, adotado, em Cabo Verde, depois da independência, resultou do artigo 4º da Constituição da República, o qual proclamava o PAIGC, depois o PAICV, "como força política dirigente da sociedade e do Estado" (Constituição de República de Cabo Verde) Neste quadro, aquele partido instituiu, a par de um regime político autoritário, um modelo de jornalismo da mesma igualha.

A adoção do partido único repercutiu-se em todos os sectores da vida política, no país. A comunicação social não ficou ao lado do fenómeno.

Nesta altura, o controlo da informação, bem como dos órgãos de comunicação social, era feito pelo partido no Poder (PAIGC). Segundo Humberto Cardoso, "esse controlo do Partido sobre a comunicação social foi várias vezes explicitado pelos documentos do mesmo e pelos seus dirigentes" (CARDOSO, 1993, 202)

Disso é exemplo paradigmático o Relatório do Conselho Superior de Luta (CSL) ao III Congresso do PAIGC, em 1977, que preconizava "fazer dos meios de comunicação social não só instrumentos de divulgação ideológica, mas autênticos meios de educação cultural de massas" (Relatório do Conselho Superior de Luta (CSL) ao III Congresso do PAIGC, 1977).

Neste âmbito, Pedro Pires, ex: presidente da República de Cabo Verde afirmou, que a informação "[...] não deve ser inocente, quer dizer apartidária, não tomar nenhuma posição, não ter nenhum objetivo", isso porque em sua opinião "o jornal, se tem alguma função, é a de ajudar o Governo de Cabo Verde, ajudando, os nossos compatriotas a compreender melhor os nossos problemas, as nossas dificuldades, o que vai pelo mundo e o valor das nossas decisões" (PIRES *apud* CARDOSO, 1993, 203)

Pedro Pires, com esta afirmação, afasta o jornalista do seu papel de intermediário. Coloca-o como um agente do partido, como um trabalhador político, cuja missão principal

é a de levar a consciência política às massas, educando-as, pura e simplesmente. Sendo protagonista dos acontecimentos, o jornalista, na acepção de Pedro Pires, não passa de uma extensão do poder do partido, porque perde, em toda a sua dimensão, a isenção e a independência. O jornalista não é um ator, nem protagonista, é apenas um intermediário entre os poderes e a população.

Pelo mesmo diapasão alinha Aristides Pereira, que, num longo discurso proferido aquando da cerimónia da tomada de posse do Conselho Nacional de Informação (CNI), contextualizou o papel dos media em Cabo Verde: “Na luta pela afirmação da personalidade nacional, temos de agir na base do princípio de que não há especialistas em Informação. Há, sim, militantes que coordenam, em diversos escalões, o trabalho essencial de levar a cada cidadão, por todos os meios possíveis, o conhecimento de como se desenrola o processo complexo, em que é chamado a participar, de construção dos alicerces do progresso do país” (PEREIRA *apud* CARDOSO 1993,204).

Aristides Pereira reduz o trabalho do jornalista ao de um mero propagandista, ou, mais exatamente, ao de um educador de massas. Se, por um lado, é peremptório quando sufraga a opinião de que “não há especialistas em informação”, por outro, não menos verdade, abre caminho para pensarmos que todo o trabalho de informação é desenvolvido por militantes, que, enquadrados no partido e pelo partido, são correias de transmissão das mensagens do partido para as populações.

Vem a talho de foice recordar que o CNI, no seu comunicado de Março de 1984, traçou diretrizes com vista à institucionalização do controlo do PAICV sobre os meios da comunicação social. Ínsito a este fim, recomendou a “(...) adoção de soluções adequadas ao exercício da direção partidária, na esfera ideológica, e a articulação entre a ação do Partido e a do Estado, nesse domínio” (...).

Em particular, aquele órgão partidário, cuja presidência foi entregue a José Araújo, membro da Comissão Política do PAICV e Secretário do Conselho Nacional, sugeriu a criação de mecanismos de acompanhamento de ação ideológica e fixou a composição do Conselho Nacional da Informação, encarregado de acompanhar a atividade dos organismos estatais e das organizações de massa no sector de informação e de coordenar essa atividade como ação ideológica dos organismos partidários.

A década de 90 ficou marcada por uma série de conflitos entre jornalistas, governantes e gestores mediáticos, dos quais desembocaram em despedimentos e rompimento de muitos profissionais com a instituição empregadora. Citando Isabel

Ferreira, “atividade jornalística parece ter sido, assim, um dos sérios pontos de conflito durante o ano anterior à substituição do regime”(FERREIRA, 2002, 68).

Em 1991, com a abertura política, em Cabo Verde, registaram-se alterações na legislação da comunicação social vigente até a altura, proporcionando, assim, uma maior margem de manobra no campo jornalístico, mormente no que à liberdade de imprensa e de expressão diz respeito. Tal fato não impediu, contudo, que viessem a lume informações que davam conta da existência de conflitos entre os poderes e os jornalistas, uma vez, sanados nos tribunais, outras, em debates públicos nos media.

Após um período de monopólio estatal, em 1992, regressam as iniciativas privadas de radiodifusão, com o nascimento, em S. Vicente, da Rádio Nova, emissora de cariz religioso.

Hoje, o país conta com uma série de rádios privadas, quase todas de carácter regional. A *Rádio Praia FM*, a *Rádio Comercial*, a *Rádio Educativa*, a *Rádio Comunitária Voz de Ponta d'Água*, a *Rádio Comunitária Voz de Santa Cruz*, a *Rádio Comunitária do Paul*, a *Crioula FM*, *Mosteiros FM* e a *Rádio Morabeza*. Assinala-se ainda a existência da RDP África, que, desde meados da década de 90, é sintonizada pelos ouvintes em FM em todo o país.

Ainda hoje, Cabo Verde não conta com um jornal impresso diário, possuindo, em contrapartida, quatro estações radiofónicas, que apostam na informação, (a *RCV – Rádio de Cabo Verde*, a *Rádio Nova – Emissora Cristã*, a *Rádio Comercial* e a *Rádio Educativa*). As outras estações elegeram a difusão musical como a principal atividade. Não é que não informem a opinião pública, mas não apostam numa informação profissional, permanente e diária.

No que diz respeito à difusão televisiva, em 1984, surgiu a televisão pública, com o estatuto de *TVEC (Televisão Experimental de Cabo Verde)* que, mais tarde, evoluiu para a *TNCV (Televisão Nacional de Cabo Verde)*, tendo, posteriormente, passado por um processo de fusão com a rádio, ganhando o estatuto de *Radiotelevisão Cabo-verdiana (RTC)*.

Atualmente, os dois meios continuam com uma gestão conjunta, tendo cada um optado por um nome diferente: em vez de *RTC*, para a televisão, e *RTC FM*, para a rádio, agora temos a *TCV (Televisão de Cabo Verde)* e a *RCV (Rádio de Cabo Verde)*.

No entanto, o quadro, na área da televisão, foi alterado, em 1997, com o aparecimento da *RTP-África*, que veio juntar-se à *CFI* (atualmente, *TV5 Afrique*). Desta

feita, os cabo-verdianos, que só tinham oito horas de emissão, por dia, passaram a dispor de 24 horas diárias de televisão em língua portuguesa.

A *RTC* tem hoje a sua sede, na Praia, e mais quatro delegações: uma, em S. Vicente, que, afora esta, assegura ainda a cobertura jornalística nas ilhas de Sto Antão e de S. Nicolau; outra no Sal, que se estende a Boa Vista; a do Fogo, que cobre ainda a Brava; e, por fim, a da Assomada, que zela por noticiar e reportar os acontecimentos cujo palco seja o interior da ilha de Santiago, o maior e mais importante concelho do país.

Já, no ano DE 2006, a *TELECOM* disponibilizou um serviço de TV Cabo, que permite ter acesso à televisão, ao telefone e à Internet. Entretanto, a TCV, que era a única televisão do país, perdeu o seu monopólio, a 25 de Janeiro deste ano, com o licenciamento de novos canais de televisão. Como é sabido, para os serviços de Radiodifusão e Televisão em Cabo Verde, a lei determina que só se pode constituir mediante licenciamento, que é feita através de concursos públicos. O concurso ficou marcado por muitas polémicas e acusações de possíveis favorecimentos. A *Rádio Televisão Independente (RTI)*, a luso cabo-verdiana *Tiver* e a *Rede Record, de Cabo Verde*, foram às estações licenciadas para emitir a nível nacional. Já, para emissão a nível regional, ficou licenciada a *Nôs TV, S.A.*

Nos últimos dias, o país conheceu um novo jornal – *A Nação*, que não passa de uma encarnação do *Jornal Horizonte*. *O Jornal de Cabo Verde* é outro jornal que os cabo-verdianos não têm mais o prazer de desfolhar.

Em 2007 os deputados debateram o estado da comunicação social no nosso país. O jornal *Asemana on-line* na sua publicação de 26 de Março de 2007, sob o título MpD e PAICV, na divergência, entendem que é preciso «regular» a Comunicação social, divulgou o seguinte:

Os deputados debateram hoje o “estado da Comunicação social”. Uma iniciativa agendada com urgência a pedido do MpD, que acusou o governo de transformar o sector numa “máquina de propaganda”. Em resposta, à situação procurou mostrar que nunca se teve melhor nível de liberdade de imprensa no país. No meio dos ataques e contra-ataques, os dois grupos deram a entender estar de acordo num ponto: a necessidade de se acabar com o Conselho da Comunicação Social para, no seu lugar, surgir uma Entidade Reguladora.¹

A regulamentação e a entrada em vigor da carteira profissional dos jornalistas constituem sem duvidas ganho extraordinárias para a atividade jornalística. A Partir de

¹ Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/> Acesso em: 24/08/2013

agora só poderão exercer a atividade profissionais devidamente habilitados e credenciados, o que aumentou muito a qualidade do produto.

Visando garantir uma concorrência saudável foi criado gabinete de monitorização e fiscalização da atividade dos órgãos de comunicação Social. Para além de monitorizar diariamente fazem anualmente duas visitas as respetivas empresas.

Apesar desses avanços novas ideias, novos projetos surgem na agenda do governo.

Acredito que a entrada em funcionamento da autoridade regulação do setor dará mais qualidade a liberdade de imprensa, garantirá a isenção dos profissionais e dos órgãos além de assegurar uma sã concorrência no mercado. Por outro lado estamos a ultimar o contrato de concessão do serviço publico a ser assinado com RTC (Radio Televisão de Cabo verde), um instrumento que proporcionará o melhor serviço publico de rádio e televisão com maior diversificação do conteúdos e uma programação que irá satisfazer , as necessidades culturais, educativas, informativas e recreativas do publico . Finalmente devo referir- me ao plano estratégico da reestruturação e modernização da comunicação social já concluído que é entre outros aspectos indico o quadro macroeconômico do setor e as forma para a sua sustentabilidade e oferece as empresas orientações para traçarem os seus planos de negócios” conta o Ex: Ministro Adjunto do primeiro-ministro e da Juventude e Desportos Sidónio Monteiro numa entrevista.

Esse ano, O ministro dos Assuntos Parlamentares e tutela da Comunicação Social, Rui Semedo disse hoje que Cabo Verde é um país “estável” em termos da liberdade de imprensa, mas deve agir “na prevenção para que esta liberdade permaneça”. A Associação dos jornalistas de Cabo Verde na sua publicação de 06 de Maio de 2013, sob o título Ministro qualifica Cabo Verde como país sólido em termos de liberdade de imprensa divulgou o seguinte :

Para Rui Semedo que falava na abertura do ato central de comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa comemorado hoje sob o lema “Falar sem medo: garantir a liberdade de expressão em todos os medias”, apesar dos crimes contra os profissionais de Comunicação Social terem aumentado em todo o mundo, “Cabo Verde tem passado à margem dessa insegurança”. Para o ministro que tutela a pasta de Comunicação Social, Cabo Verde por ter um sistema que confere aos profissionais dos medias e aos cidadãos uma “confortável proteção” ao nível legislativo, o mesmo quadro deve permitir para “consolidar” os princípios de independência dos órgãos de Comunicação Social e “consolidar” o rigor, a transparência, a isenção e a objetividade no exercício da atividade jornalística.

“Não é por mero acaso que durante anos seguidos e de forma consistente, organizações das mais prestigiadas a nível mundial têm colocado Cabo Verde no grupo dos países

totalmente livres e com uma imprensa cuja liberdade é colocada em nível dos países com melhores práticas, como é o caso dos Repórteres Sem Fronteiras e da FreedomHouse.²

Temas como “Proteção dos jornalistas no mundo em transformação”, “Especialização dos jornalistas e a liberdade de imprensa” e “Regulação e auto regulação do sector da Comunicação Social e as garantias jurídico-legais da liberdade de imprensa em Cabo Verde”, entre outros, serão debatidos na jornada de reflexão para comemorar esta data, promovida pela Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC).

Em suma, pode dizer-se que o estado da comunicação social, no país, não é nem bom, nem mau. A existência, contudo, de alguns obstáculos, como sejam a autocensura, a censura, a precariedade do vínculo laboral e a ausência de recursos humanos e materiais, têm estorvado, continuamente, o seu desenvolvimento.

² Disponível em: Acesso em: <http://www.youtube.com/watch?v=sy-oVQG1f5w&hd=1> Acesso em: 07/08/2013

2. A HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA

Ao contrário dos principais países latino-americanos, o Brasil entrou no século sem tipografia, sem jornais e sem universidades (que contribuíram para a formação do público leitor).

No caso do Brasil, a demora para a instalação de uma imprensa própria está ligada aos interesses da Coroa Portuguesa, que temia pela circulação de notícias contrárias aos governantes da época. Isso poderia gerar uma série de transtornos para a Família Real. Um folheto ou jornal de divulgação ou depreciação do Brasil que caísse nas mãos erradas seria um prato cheio para colonizadores como holandeses e espanhóis entrarem em guerra com Portugal. Segundo Nelson Werneck Sodré, os livros que circulavam em território brasileiro durante o período colonial eram vistos com desconfiança por parte da Coroa e pertenciam apenas a religiosos. Prova disso eram as bibliotecas, existentes apenas em mosteiros e colégios de formação católica.

As tentativas da criação de uma imprensa no Brasil esbarravam sempre em governantes.

A imprensa brasileira tem duas datas como marco fundadores: o lançamento, em Londres, do *Correio Braziliense*, em 1º de julho e a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro, ambos de 1808.

Em 1706, uma carta Régia enviada ao governador Francisco de Castro Moraes, ordenava o sequestro das Letras impressas e notificar o dono delas e os oficiais de tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos.

O dono do primeiro prelo a comprovadamente funcionar no Brasil, em 1746, foi Antônio Isidoro da Fonseca, que transferiu sua oficina de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com a devida autorização do governador Gomes Freire, imprimiu dois textos, um dos quais de apenas uma página. Apesar disso, uma Ordem Régia, editada meses mais tarde, mandou sequestrar e enviar as “letras de imprensa de volta ao Reino, por conta e risco de seus donos”. Em 1750, o mesmo Antônio Isidoro, antes de deixar Lisboa, pediu autorização para instalar uma oficina no Rio de Janeiro, mas o pedido foi negado.

A primeira tipografia a funcionar de forma duradoura no País viria a bordo da nau Medusa, integrante da esquadra que transferiu a Corte, em sua fuga de uma Lisboa assediada pelas tropas napoleônicas. Foi referindo-se a esse material tipográfico que o

príncipe D. João (mais tarde D. João VI) baixou o decreto de 13 de maio *Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro* são os primeiros jornais brasileiros. Nesta ilustração, as primeiras páginas de ambos, respectivamente, de 1º de junho e de 10 de setembro de 1808, determinando a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, com a ressalva de que nela “se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir todas e quaisquer obras, ficando inteiramente pertencendo seu governo e administração à mesma Secretaria”.

Com os prelos de 1808, não veio, portanto, a liberdade de imprensa. Pouco mais de um mês depois, uma série de medidas renovou os dispositivos referentes à censura e à vigilância sobre os impressos, tanto os oriundos da Imprensa Régia quanto do exterior. Em 4 de setembro de 1811, D. João ordenou a apreensão de uma tipografia, enviada da Inglaterra para a Bahia (onde outra fora autorizada a funcionar, sob censura, em 1810).

Enquanto isso, em 1º de junho de 1808, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, natural de Colônia do Sacramento (atual território uruguaio), lançava o *Correio Braziliense ou Armazém Literário* – a primeira publicação regular livre de censura, em língua portuguesa. Foi publicada ininterruptamente até dezembro de 1822, sempre em Londres, sempre como mensário.

O nome estava relacionado a uma distinção que o editor fazia entre “braziliense” e “brasileiro”, assim explicada por ele: “Chamamos Braziliense, o natural do Brasil; Brasileiro, o português europeu ou o estrangeiro que lá vai negociar ou estabelecer-se...”. Com isso fica claro, a partir do título, que a publicação estava voltada para o Brasil, apesar de impressa no exterior.

Muitos autores afirmam que Hipólito foi um lutador pela independência do Brasil. No entanto, em alguns textos ele próprio sustenta posições contrárias. Quando até D. Pedro já se insurgira contra a autoridade de Lisboa – o “Fico” foi em nove de janeiro de 1822 –, na edição de fevereiro de 1822, ele escrevia: “...Recomendando a união, temos sempre dirigido nossos argumentos aos brazilienses... Mas infelizmente achamos que as cousas vão muito contrário, e que é entre os portugueses e alguns brasileiros, e não entre os brazilienses, que se fomenta e se adotam medidas para essa separação, que temos julgado imprudente, por ser intempestiva; e que temos combatido...”, voltando ao assunto na edição de março: “...se os brazilienses, imitando esse comportamento inconsiderado das Cortes, derem também o passo inconsiderado de se declararem independentes...”.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou pela primeira vez em 10 de setembro de 1808, um sábado. Foi anunciada como semanário, mas já na semana seguinte passou a bissemanário. Como a censura continuasse em vigor, o jornal, dirigido por Frei Tibúrcio José da Rocha, procurou se apresentar como independente. “Esta gazeta, ainda que pertença por privilégio aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é, contudo, oficial e o governo somente responde por aqueles papéis que nela manda imprimir em seu nome”, dizia em seu primeiro número.

Apesar das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil desde a chegada da família real, a situação da imprensa não se alterou antes de 1821. Nesse ano, devido às decisões das Cortes portuguesas, as restrições à imprensa diminuíram, enquanto no Brasil as tensões que levariam à independência faziam florescer uma imprensa política, polarizada como as posições políticas do momento, com espaço até para o *Conciliador do Reino Unido* (apenas sete edições), criado pelo mentor da Abertura dos Portos, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, que se tornou o primeiro brasileiro a redigir e publicar um jornal totalmente privado, embora fosse, simultaneamente, membro do conselho de censura da Imprensa Régia e inspetor-geral dos estabelecimentos literários.

Em 25 de abril de 1822, D. João VI, que herdara a coroa, retornou para Portugal. Desta data até 23 de julho de 1840, quando foi declarada a maioridade de seu neto, o príncipe herdeiro que seria coroado imperador, como D. Pedro II, (18/7/1841), proliferaram tipografias, panfletos e jornais que, como diz a historiadora Isabel Lustosa ao analisar a imprensa do período 1821-1823, em grande parte não passavam de “insultos impressos” muitas vezes transformados em atentados e agressões, numa luta política da qual o próprio príncipe e logo imperador, D. Pedro I, participou com escritos nem sempre elevados. Em 1824, a primeira constituição brasileira outorgada por D. Pedro I, estabeleceu a liberdade de imprensa como norma, mas, como aconteceria com as Cartas posteriores, incluiu limitações suficientemente vagas para que os governos de turno aplicassem restrições e represálias.

Como destaca o também historiador Nelson Werneck Sodré, a época da Regência (1831- 1840) é muitas vezes apresentada como um tempo de caos, quando o que havia era uma ordem na qual forças se defrontavam com bons e sólidos motivos. Mais que insultos, eram ideias em confronto e muitos dos homens que as sustentaram pela imprensa pagaram por isso com a vida ou com os maiores sofrimentos. Entre eles merecem destaque:

- Cipriano José Barata de Almeida e seu *Sentinela da Liberdade*, o primeiro jornal republicano brasileiro.
- João Soares Lisboa, editor do *Correio do Rio de Janeiro*, o primeiro a defender pela imprensa a convocação de uma constituinte brasileira e a primeira pessoa processada no Brasil por abuso da liberdade de imprensa.
- Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo (Frei Caneca), editor do *Typhis Pernambucano*, no qual defendia a liberdade de imprensa e condenava a escravidão. Preso em combate na repressão à Confederação do Equador (revolta contra o poder central que eclodiu em 1824), e fuzilado no dia 15 de fevereiro de 1825, tornou-se o primeiro mártir da imprensa brasileira.
- Líbero Badaró, editor do *Observatório Constitucional*. Defensor da tese de que a imprensa deveria ser tanto livre quanto responsável, e crítico em relação ao autoritarismo do Imperador, Badaró morreu, no dia 21 de novembro de 1830, em consequência do atentado a bala de que fora vítima na véspera. Foi o primeiro jornalista assassinado no Brasil em virtude do que escrevia (antes dele, em 1822, Zeferino Vito de Meireles, fundador do *Diário do Rio de Janeiro*, também morreu em consequência de um atentado, mas de causas desconhecidas).

Dessa imprensa pioneira, seguem em circulação: *Diário de Pernambuco*, lançado em Recife (PE), em 7/11/1825, *Jornal do Commercio*, fundado no Rio de Janeiro (RJ), em 1º/10/1827, e *Monitor Campista*, de Campos dos Goytacazes (RJ), criado em 4/1/183

3.1 O jornalismo no Segundo Reinado

No transcurso do longo Segundo Reinado (1840-1889), o Brasil manteve-se como uma sociedade essencialmente rural, com a produção baseada na mão-de-obra escrava e com uma estrutura política conservadora. Mesmo ao final do Império, mais de 90% da população viviam na área rural e 85% eram analfabetos, inclusive grande parte dos proprietários de terras. Esse quadro impunha barreiras intransponíveis ao desenvolvimento da imprensa brasileira que, entretanto, supera a fase dos efêmeros pasquins panfletários, dando origem a jornais mais estáveis e estruturados.

O número de títulos até diminui num primeiro momento, mas as edições e as tiragens aumentam; começa a segmentação; a contundência do embate político diminui, embora o alinhamento com correntes políticas prossiga.

Do ponto de vista da liberdade de imprensa, o Reinado de Pedro II é incomparável tanto com a situação dos países vizinhos quanto com a registrada na Era Republicana, circunstância em muito decorrente da postura tolerante do monarca frente às críticas escritas e ao deboche das caricaturas que na ausência das fotografias eram a principal forma de ilustração. Especialmente notável a esse respeito é o fato de que os jornais que pregavam a mudança da forma de governo nunca foram reprimidos por isso, ao contrário do que ocorreria com as publicações monarquistas, após a Proclamação da República. A situação era diferente nas províncias, principalmente naquelas onde ocorreram conflitos armados, mas na capital, mesmo durante a Guerra do Paraguai, não houve cerceamento à imprensa.

O desenvolvimento dos jornais intensificou-se na segunda metade do século XIX, quando os títulos mais fortes mudaram de formato, abandonando o tamanho pequeno, característico da fase inicial, incorporaram prelos mais modernos e instalaram-se em prédios construídos especialmente para abrigá-los. A maioria dos diários fundados no século XIX deixou de circular. Permanecem em circulação os cariocas, *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro) e *O Fluminense* (Niterói), os paulistas *A Província de São Paulo* [atual *O Estado de S. Paulo*] (São Paulo) e *A Tribuna* (Santos), e o gaúcho *Correio do Povo* (Porto Alegre).

Ainda sob o Império a segmentação, que até então se limitara a jornais políticos, voltados para a atividade comercial e de informação geral, ampliou-se com o surgimento dos periódicos ilustrados, como *A Semana Ilustrada* (1860); femininos, como o *Jornal das Senhoras* (1852); e os voltados aos imigrantes, como o pioneiro *O Colono Alemão* (1836). Do ponto de vista ideológico, no último quarto do século XIX, a segmentação deu-se em torno de duas clivagens: entre monarquistas e republicanos, como já mencionado, e entre abolicionistas e partidários da ordem escravocrata. Em defesa dessas causas, as principais lideranças políticas e intelectuais debateram pelos jornais até que, num intervalo de 18 meses, a monarquia escravista desse lugar à república de homens livres.

Na década de 1850, o Brasil entra na era das ferrovias e das telecomunicações. Entre a primeira ferrovia – cerca de 20 km, ligando Porto da Estrela a Raiz da Serra,

inaugurada em 1854 –, iniciativa de Irineu Evangelista de Sousa (que por isso recebeu o título de Barão de Mauá), e o final do Império, em 1889, foram construídos cerca de 9.000km de estradas de ferro, a maior quilometragem da América do Sul. Apesar de entrecortado, esse sistema facilitou a distribuição dos jornais nas regiões de maior população e mais intensa atividade econômica, ao mesmo tempo em que as linhas telegráficas paralelas aos trilhos e operadas pelas empresas ferroviárias proporcionavam maior rapidez no fluxo de informações destinadas às redações.

O telégrafo elétrico foi introduzido no Brasil em 1852 – apenas oito anos após, portanto, o início das transmissões experimentais de Morse entre Washington e Baltimore –, ligando o Palácio Real da Quinta da Boa Vista ao Quartel General do Exército. Não era de acesso público. Nos anos seguintes, a rede operada pela Repartição Geral dos Télégraphos foi ampliada paulatinamente e em maio de 1889 media 10.755Km, com 172 estações entre o Pará e o Rio Grande do Sul e ramificações para cidades do interior de diversos estados. Essa rede nacional foi interligada ao cabo submarino que partia de Londres e chegava a Recife, cujo trecho transatlântico foi inaugurado em 1874. O custo e as condições de transmissão não favoreciam o envio de mensagens longas, mas permitiram aos jornais das maiores cidades brasileiras receber informações sobre os principais acontecimentos no mesmo dia em que ocorriam.

3.2 A imprensa na tumultuada República Velha

Com a Era Republicana a imprensa atravessou um novo ciclo de transformações. Do ponto de vista institucional, a primeira consequência foi uma volta aos tempos de cerceamento da liberdade e dos atos de violência, no início, sobretudo contra os poucos jornais que se mantinham monarquistas, por parte de agentes e simpatizantes do governo. Não foram atos isolados de indivíduos exaltados, mas reflexos do clima de “caça às bruxas” estabelecido pelo Governo Provisório (do qual faziam parte os jornalistas Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, que haviam pregado a causa republicana sem constrangimentos) ao baixar o Decreto 85, de 23 de dezembro de 1889, pelo qual “*os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu governo: que aconselharem ou promoverem palavras escritas ou atos a revoltacivil ou a indisciplina militar... serão julgados por uma comissão militar... e punidos com as penas militares de sedição*”.

A chamada República Velha (1889-1930) teve história acidentada, marcada por revoltas militares e civis, prolongados períodos de estado de sítio, além de medidas de repressão às liberdades em geral e em particular à de imprensa, como a Lei Adolfo Gordo (em alusão ao autor do projeto). Em alguns casos, essas medidas fizeram parte da repressão a movimentos operários e anarquistas, embora abrangessem a imprensa em geral. Em outros casos, tratava-se simplesmente de calar a oposição. E, além da repressão, não foram poucos os casos em que recursos públicos foram utilizados para corromper jornais e jornalistas, em especial sob o governo Campos Salles.

Apesar da repressão, a imprensa da República Velha desenvolve-se em dois novos segmentos: o da imprensa operária e o da voltada para as comunidades imigrantes. As publicações operárias cresceram com a industrialização e com a imigração registrada no início do século XX, fazendo com que o surgimento de títulos voltados para esse público se multiplicasse (entre 1890 e 1923, segundo um levantamento, chegaram a 343, a maioria em São Paulo e Rio de Janeiro). Quanto às comunidades, somente em São Paulo, à época da Revolução de 1930, havia de 30 periódicos em sete idiomas estrangeiros.

Do ponto de vista técnico, durante a República Velha a imprensa viu surgir o primeiro desafiante ao seu monopólio secular como fonte de informação barata: o rádio, que chegou ao Brasil em 1923, pela mão de Edgard Roquette-Pinto. Por alguns anos, porém, as emissoras de rádio limitaram-se a programas de entretenimento, só posteriormente passando a veicular publicidade de notícias. Enquanto isso, os principais jornais brasileiros deram um novo salto com a incorporação de máquinas de escrever à redação e à área administrativa, linotipos para acelerar a composição e rotativas que permitiram aumentar as tiragens e melhorar a qualidade da impressão.

Nessa fase, surgem novos títulos, entre os quais os atualmente filiados à ANJ: *Alto Madeira (Porto Velho-RO)*, *A Cidade (Ribeirão Preto- SP)*, *A Gazeta (Vitória -ES)*, *A Notícia (Joinville-SC)*, *A Tarde (Salvador- BA)*, *Comércio da Franca (Franca- SP)*, *Comércio do Jahu (Jaú- SP)*, *Correio Popular (Campinas-SP)*, *Cruzeiro do Sul (Sorocaba-SP)*, *Diário (Marília-SP)*, *DCI – Diário Comércio e Indústria (São Paulo-SP)*, *Diário do Povo (Campinas- SP)*, *Diário dos Campos (Ponta Grossa-PR)*, *Diário Popular (Pelotas-RS)*, *Estado de Minas (Belo Horizonte- MG)*, *Diário Mercantil (Rio de Janeiro-RJ)*; *Folha da Noite (hoje Folha de S. Paulo - São Paulo-SP)*, *Gazeta do Povo (Curitiba-PR)*, *Gazeta do Sul (Santa Cruz do Sul-RS)*, *Gazeta Mercantil (São Paulo- SP)*, *Jornal de Piracicaba (Piracicaba- SP)*, *Jornal do Comércio (Manaus-AM)*,

Jornal do Commercio (Recife-PE), Jornal do Povo (Cachoeira do Sul-RS), Monitor Mercantil (Rio de Janeiro- RJ), O Globo (Rio de Janeiro-RJ), O Imparcial (São Luís-MA), O Nacional (Passo Fundo- RS), O Norte (João Pessoa-PB), O Povo (Fortaleza- CE).

3.3 Entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo

Da Revolução de 1930 até o fim do Estado Novo, em 1945, o quadro político brasileiro oscilou entre a instabilidade do Governo Provisório, a Revolução de 1932, o breve interlúdio democrático que culminou com a Constituição de 1934, e o estabelecimento do Estado Novo em 1937. A imprensa acompanhou essa evolução, posicionando-se em função dos acontecimentos, inclusive alinhando-se com as facções em combate em 1932. A partir do golpe de estado de 1937, porém, o espaço para o exercício da liberdade de imprensa virtualmente desapareceu e até mesmo as diferenças políticas regionais foram sufocadas. O peso do Estado fez-se crescente sobre os jornais com base numa Carta constitucional outorgada no mesmo ano, que tornava a imprensa um serviço público e como tal sujeita ao controle estatal.

Em 1939, o governo reformulou seu organismo de propaganda criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pelo decreto-lei nº 1915, em 27 de dezembro, com as atribuições de censurar toda a produção jornalística, cultural e de entretenimento, produzir conteúdos e controlar o abastecimento de papel. A polícia política vigiava de perto os profissionais de imprensa e os jornais eram submetidos à censura, com a reprodução obrigatória ou enfaticamente induzida da propaganda estatal, pressionados por meio de verbas publicitárias, financiamentos e subsídios ou obstáculos ao fornecimento de insumos, quase todos importados. Não por acaso, a entrada em cena do DIP e a exigência de autorização para a circulação de publicações, estabelecida pouco depois pelo Decreto 1.949, de 30 de dezembro de 1939, significou o veto ao registro de 420 jornais e 346 revistas. Não houve alterações expressivas no aspecto técnico da imprensa, já que a Guerra implicara o engajamento da capacidade industrial dos países desenvolvidos, fornecedores de equipamentos, no esforço bélico.

Nesse período surgiram os seguintes jornais associados à ANJ: *A Tribuna (Vitória-ES), Correio de Uberlândia (Uberlândia-MG), Correio Lagesano (Lages-SC), Diário da Manhã (Passo Fundo-RS), Diário de Natal/O Poti (Natal-RN), Gazeta de Alagoas (Maceió-AL), Jornal Cidade de Rio Claro (Rio Claro-SP), Jornal do Comércio (Porto*

Alegre-RS), O Imparcial (Presidente Prudente-SP), O Popular (Goiânia-GO), O São Gonçalo (São Gonçalo-RJ).

3.4 O Brasil e a imprensa no interregno democrático 1945- 1964

A deposição de Vargas, em 1945, foi mais do que o encerramento de um ciclo autoritário. Representou o início de uma experiência democrática republicana como o País ainda não havia experimentado que se prolongaria até o golpe militar de 1964. Nem por isso foi um período tranquilo. Em 1954, Vargas, que havia sido eleito quatro anos antes, suicidou-se em meio a uma crise política desencadeada pelo atentado contra o jornalista Carlos Lacerda. O episódio causou comoção nacional com incidentes em várias cidades, inclusive com o empastelamento de jornais identificados com a oposição ao presidente.

A turbulência foi menos dramática em 1961, quando Jânio Quadros renunciou à presidência e seu vice, João Goulart, só assumiu depois de aceitar a adoção do regime parlamentarista, revogado em 1963. Eventos como esses, contribuíram para tornar o jornalismo político o tema central da imprensa brasileira que, ao mesmo tempo, passava por mudanças estruturais, que faziam parte de um processo mais amplo de transformação do País, de agrário em urbano e de uma economia agrário exportadora em industrializada, uma mudança em cujo centro esteve o governo de Juscelino Kubitscheck. O mandato de JK condensou e acelerou os processos de urbanização, industrialização, formação de um mercado interno integrado e notavelmente o fez sob um clima de vigência das liberdades só comparável aos melhores momentos do Segundo Reinado.

O período 1945-1964 foi um tempo de transição do Brasil e de sua imprensa. Havia absoluta liberdade, mas as relações entre o governo e os jornais e entre o governo e os jornalistas mantinham algumas práticas do passado, que começaram a perder terreno frente a uma crescente participação da publicidade privada no faturamento das empresas jornalísticas, decorrente da modernização econômica. É nessa época que, para um número crescente de jornais, a receita publicitária suplanta a obtida com assinaturas e com venda avulsa.

A TV surge na metade dessa fase, o rádio tem enorme audiência, mas os jornais são o meio de comunicação por excelência. Segundo levantamento da agência de publicidade J. Walter Thompson, em 1952, o Brasil tinha 55,77 milhões de habitantes, um PIB de 12,5

bilhões de dólares, um PIB per capita de 224 dólares e 230 jornais, com uma circulação total de 5,75 milhões de exemplares. Já a Argentina, no auge de seu poder econômico, tinha 18,48 milhões de habitantes, um PIB de 8,5 bilhões de dólares, um PIB per capita de 460 dólares e 130 jornais, com uma circulação total de 1,8 milhão de exemplares.

O fim da II Guerra significou em todo o mundo a reconversão para fins civis da produção industrial de bens de capital e de consumo e uma retomada do comércio internacional. Parte do desenvolvimento tecnológico gerado durante o conflito também foi aplicado com outras finalidades. Para a imprensa, isso significou o início de um novo ciclo de modernização tecnológica, embora modesto se comparado com a revolução tecnológica que ocorreria no final do século XX. Ainda assim, os jornais brasileiros investiram em equipamentos. As inovações alcançaram as redações com a adoção de técnicas jornalísticas inspiradas no modelo americano, entre as quais a busca da objetividade, o lide, a pirâmide invertida, a diagramação mais atrativa e até a organização das redações por editorias.

As empresas e os jornalistas passavam por um processo de profissionalização tanto administrativa como operacional, embora ser dono ou membro da redação de um grande jornal ainda Conferisse prestígio e influência. Talvez por isso alguns autores reduzam a evolução da imprensa durante esse período ao conflito entre três personalidades: Assis Chateaubriand (Diários Associados), Samuel Wainer (*Última Hora*) e Carlos Lacerda (*Tribuna da Imprensa*), o que é incorreto.

Nessa época surgiram os seguintes jornais associados à ANJ: *A Crítica (Manaus-AM)*, *Correio Braziliense (Brasília-DF)*, *Correio da Paraíba (João Pessoa-PB)*, *Correio do Estado (Campo Grande-MS)*, *Diário Comercial (Rio de Janeiro-RJ)*, *Diário da Borborema (Campina Grande-PB)*, *Diário da Região (São José do Rio Preto-SP)*, *Diário de Suzano (Suzano-SP)*, *Diário do Grande ABC (Santo André-SP)*, *Diário do Noroeste (Paranavaí-PR)*, *Diário Popular (Curitiba-PR)*, *Jornal da Manhã (Ponta Grossa-PR)*, *Jornal NH (Novo Hamburgo-RS)*, *O Dia (Rio de Janeiro-RJ)*, *O Dia (Teresina-PI)*, *O Diário de Mogi (Mogi das Cruzes-SP)*, *O Estado do Paraná (Curitiba-PR)*, *O Liberal (Belém-PA)*, *O Progresso (Dourados-MS)*, *Pioneiro (Caxias do Sul-RS)*, *Tribuna de Indaiá (Indaiatuba-SP)*, *Tribuna do Norte (Natal-RN)*, *Tribuna do Paraná (Curitiba-PR)*, *Vale paraibano (São José dos Campos-SP)*

3.5 A imprensa e o regime militar

Na noite de 31 de março para 1º de abril de 1964, o deslocamento de tropas do Exército sediadas em Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro iniciou o movimento militar que deporiam o presidente João Goulart, dando início ao ciclo de governos militares que duraria até 15 de março de 1985. Como indica o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, da Fundação Getúlio Vargas, se a chegada dos militares ao poder não pode ser considerada uma “Revolução”, como se pretendeu, tampouco foi um Golpe de Estado no sentido clássico. Foi um movimento político-militar que mais do que transformações abruptas, mudou o País ao longo de duas décadas. Foi apoiado por amplas parcelas da população e pela maioria dos detentores de cargos eletivos. Teve, também, o respaldo editorial da quase totalidade dos jornais brasileiros.

Durante os anos subsequentes, em graus e momentos distintos, os jornais gradualmente assumiram postura crítica ao regime militar na medida em que este se tornava politicamente mais autoritário, economicamente menos eficaz e moralmente mais frágil. A princípio, embora as lideranças políticas identificadas com o antigo governo e à esquerda dele tenham sido perseguidas, não houve maior repressão à imprensa que, entretanto, perdeu força como espaço de discussão dos grandes temas nacionais. Isso ocorreu muito mais pelo afastamento da cena pública dos principais membros das correntes opositoras do que pela censura direta ou por qualquer outro motivo. Basta lembrar que o exílio, a prisão ou o ostracismo forçado foram o destino de personalidades de prestígio antes de 64 e após a redemocratização, como os ex-presidentes (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart), os ex-governadores (Carlos Lacerda, Leonel Brizola e Miguel Arraes), intelectuais (Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Josué de Castro e Paulo Freire), líderes emergentes do movimento estudantil (José Dirceu e José Serra), para citar apenas alguns.

Diante das restrições ao noticiário político e social e da expansão econômica do País, os jornais reforçaram suas editoriais de economia. Isso significou o desenvolvimento de um jornalismo econômico vigoroso, tanto nos títulos especializados, quanto nos de informação geral. Essa *expertise* se revelaria de extraordinária utilidade para a imprensa e para a população nas décadas de 1980 e 1990, quando o Brasil, em menos de dez anos, passou por três presidentes, 11 ministros da Fazenda, nove diferentes políticas econômicas e seis padrões monetários. Se a população e a economia suportaram tamanha instabilidade, isso se deveu, em grande medida, à capacidade dos jornais de bem informar a respeito.

Durante esse período, a TV, que chegara ao País em 1950, tornou-se um meio de comunicação de massa, fortalecido pela possibilidade de realizar transmissões ao vivo a longas distâncias e em cores, com o desenvolvimento das telecomunicações na década de 1970. Paralelamente, o crescimento econômico que caracterizou o final dos anos 1960 e grande parte da década seguinte, em particular a expansão industrial, foi acompanhado pela aceleração do processo de urbanização (é nessa época que a população urbana supera a rural) e pela redução do analfabetismo (que se tornou inferior a 40% em 1960). Em consequência dessas transformações, a imprensa brasileira passou por mais um ciclo de mudanças. Os jornais vespertinos gradualmente desapareceram ou se tornaram matutinos, o número de títulos nas maiores cidades diminuiu. Os líderes, porém, aumentaram sua circulação e se modernizaram tecnologicamente com a introdução da fotocomposição e da impressão offset na década de 1970 e com a informatização, já na fase de transição do regime militar para a redemocratização.

Paralelamente à imprensa estabelecida sobre bases tradicionais, o Brasil sob os governos militares viu surgir uma “imprensa alternativa”, composta por veículos independentes em relação às empresas jornalísticas e ao mercado publicitário, cujo conteúdo se caracterizava pelo tom crítico em relação à situação econômica e política do País, mas também relativamente aos costumes. O primeiro foi o *PifPaf*, criado por Millôr Fernandes em maio de 1964, que teve apenas oito edições.

Mais duradouros foram *O Pasquim*, fundado em 1969, que mesclava textos sobre política, cultura e humor; *Opinião*, criado em 1972 pelo empresário e futuro deputado constituinte Fernando Gasparian, que se caracterizava por artigos sobre a situação nacional e internacional; *Movimento*, surgido em 1975 de uma dissidência de *Opinião* sob a liderança de Raimundo Rodrigues Pereira. A maioria teve vida efêmera devido à censura ou à falta de sustentação financeira. Ainda assim, segundo a publicação *Imprensa alternativa: Apogeu, queda e novos caminhos*, no final do regime militar “podiam-se contar mais de 150 jornais alternativos de vários tipos – satíricos, políticos, feministas, ecológicos, culturais”.

O período foi sombrio para o exercício da liberdade de imprensa. O endurecimento do regime militar, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968, reintroduziu a censura direta e indireta em níveis só comparáveis ao período mais duro do Estado Novo, chegando a situações surrealistas, como a proibição, pela Polícia Federal, de que os jornais divulgassem um discurso do líder do governo no Senado

negando a existência de censura no País. Embora poucos tenham sido os jornais obrigados a submeter todos os seus textos a censores, o cerceamento da liberdade dava-se sob outras formas, como as pressões econômicas por meio de verbas publicitárias oficiais ou a anunciantes privados, atentados, ameaças e vigilância ostensiva sobre os editores e jornalistas.

Em agosto de 1974, o presidente da República, general Ernesto Geisel anunciava uma “lenta, gradativa e segura distensão”. A partir dessa data ocorreu efetivamente uma abertura política, embora prosseguissem os atentados aos direitos humanos e à liberdade de imprensa. Entre os casos trágicos de maior repercussão está a morte – suicídio por enforcamento segundo a versão oficial – do jornalista Valdimir Herzog, em 25 de outubro de 1975. Os jornais brasileiros não se resignaram com as promessas e concessões e passaram a buscar a ampliação da abertura, aumentando o noticiário crítico ao governo, acompanhando a crescente atividade dos movimentos sociais, em particular as greves então ilegais em todos os setores exceto em casos muito limitados, e repercutindo as manifestações de uma oposição que se fortalecia a cada oportunidade, em especial a partir da revogação do AI-5 e da Anistia aos punidos pelo regime.

Nesse período foram fundados os seguintes jornais associados à ANJ: *Cinform (Aracaju- SE)*, *Diário Catarinense (Florianópolis-SC)*, *Diário da Manhã (Goiânia-GO)*, *Diário do Amazonas(Manaus-AM)*, *Diário do Nordeste (Fortaleza- CE)*, *Diário do Pará (Belém-PA)*, *Folha da Manhã(Campos de Goytacazes-RJ)*, *Folha da Região(Araçatuba-SP)*, *Folha de Boa Vista (Boa Vista-RR)*, *Folha Dirigida (Rio de Janeiro-RJ)*, *Gazeta do Oeste (Mossoró-RN)*, *Hoje em Dia(Belo Horizonte- MG)*, *Jornal da Cidade(Aracaju- SE)*, *Jornal da Cidade (Bauru- SP)*, *Jornal da Manhã (Uberaba-MG)*, *Jornal da Paraíba(Campina Grande-PB)*, *Jornal da Tarde (São Paulo-SP)*, *Jornal de Brasília (Brasília- DF)*, *Jornal de Jundiaí (Jundiaí-SP)*, *Jornal de Londrina (Londrina-PR)*, *Jornal de Santa Catarina (Blumenau-SC)*, *Jornal do Dia (Macapá- AP)*, *Jornal do Tocantins (Palmas- TO)*, *Mogi News (Mogi das Cruzes-SP)*, *O Debate-Diário de Macaé (Macaé-RJ)*, *O Diário do Norte do Paraná (Maringá-PR)*, *O Estado do Maranhão (São Luís- MA)*, *O Paraná (Cascavel-PR)*, *O Regional (Catanduva-SP)*, *Tribuna de Minas (Juiz de Fora MG)*, *Tribuna do Cricaré (São Mateus- ES)*, *Vale dos Sinos (São Leopoldo-RS)*, *Zero Hora (Porto Alegre- RS)*.

3.6 A redemocratização e a imprensa no Século XXI

O início da redemocratização pode ser situado de diversas maneiras, segundo o evento histórico que se tenha como referência. A posse de José Sarney como o primeiro presidente civil após o regime militar, em 1985, poderia ser uma delas, mas se deu ainda sob o arcabouço jurídico anterior. Para alguns historiadores, o restabelecimento da democracia completou-se com a primeira eleição direta para presidente da República, em 1989. Entre ambas, contudo, deu-se promulgação da Constituição de 1988, que consolidou o princípio da liberdade de imprensa como nenhuma outra antes, mas deixou indefinida uma série de outras questões. Até hoje, decorridos 20 anos, não está claro se recepcionou, isto é, se manteve vigente a legislação anterior sobre assuntos como a regulamentação profissional, e somente em 2008 o Supremo Tribunal Federal suspendeu a vigência de alguns dispositivos da antiga Lei de Imprensa.

A fase mais recente da história dos jornais brasileiros é marcada por circunstâncias únicas. Apesar de transcorridos apenas 20 anos, é o maior período da Era Republicana em que houve plena vigência das instituições democráticas. Os poderes Legislativo e Judiciário funcionaram ininterruptamente e com total autonomia. O País superou com absoluta tranquilidade a imprevisível experiência de declaração de impedimento de um presidente da República e há mais de dez anos afastou-se dos recorrentes surtos inflacionários. Ao longo desse período, a imprensa teve condições e exercitou efetivamente seu papel.

Em 1992, as denúncias de corrupção que durante meses vinham sendo veiculadas pela imprensa chegaram ao próprio presidente da República, Fernando Collor de Mello, o primeiro a ser eleito pelo voto direto após o ciclo de governos militares. Numa tentativa de obter respaldo popular, ele pediu à população que saísse às ruas com as cores nacionais. O efeito foi o contrário e, no dia 16 de agosto, multidões manifestaram-se pacificamente em todo o País, predominantemente de preto, exigindo o seu afastamento. Em 1º de setembro, o pedido de *impeachment* foi entregue formalmente à Câmara dos Deputados, que o aprovou no dia 29 do mesmo mês, por 441 votos a 38. Afastado interinamente do cargo, foi submetido a julgamento por crime de responsabilidade pelo Senado Federal, que, em 29 de dezembro, decidiu por seu afastamento definitivo e imediato e perda dos direitos políticos por oito anos. Quatro horas depois do encerramento da votação pelos senadores, o vice Itamar Franco, que já exercia a Presidência, foi confirmado no posto.

A concorrência pela preferência do cidadão na escolha de suas fontes de informação intensificou-se com o surgimento de novas mídias, como a TV por assinatura e a internet. Os jornais brasileiros souberam se adaptar a esse novo cenário, buscando maior eficiência técnica e gerencial. Assim, ao mesmo tempo em que se generalizaram as versões digitais, mesmo por iniciativa de jornais de pequeno porte (em muitos casos com edições *online*), as edições impressas seguiram inovando e novos títulos, principalmente voltados para a leitura rápida, surgiram nas principais cidades. Em consequência, o Brasil é um dos poucos países do mundo em que a circulação de jornais mantém-se em crescimento. No primeiro semestre de 2008, a média diária de circulação dos 103 jornais filiados ao Instituto Verificador de Circulação (IVC) cresceu 8,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Foram 4,392 milhões de exemplares em 2008 ano contra 4,062 milhões no primeiro semestre de 2007. Foi o quarto ano de crescimento ininterrupto.

São dessa época os seguintes jornais associados à ANJ: *A Gazeta (Cuiabá-MT)*, *A Gazeta (Rio Branco-AC)*, *Alagoas em Tempo (Maceió- AL)*, *Amazonas em Tempo (Manaus-AM)*, *Amazônia Hoje (Belém-PA)*, *Bom Dia (São José do Rio Preto- SP)*, *Correio da Bahia (Salvador- BA)*, *Correio de Sergipe (Aracaju- SE)*, *Diário da Amazônia (Porto Velho-RO)*, *Diário do Alto Tietê (Suzano-SP)*, *Diário do Amapá (Macapá-AP)*, *Diário Lance! (Rio de Janeiro-RJ)*, *Diário Regional (Santo André- SP)*, *Extra (Rio de Janeiro-RJ)*, *Folha de Louveira (Louveira-SP)*, *Folha de Pernambuco (Recife-PE)*, *Folha de Rondônia (Ji-Paraná-RO)*, *Folha do Estado (Feira de Santana- BA)*, *Folha do Estado (Cuiabá-MT)*, *Jornal De Fato (Mossoró-RN)*, *Jornal Meio Norte (Teresina -PI)*, *Notícia Agora (Vitória-ES)*, *Notícia Já (Campinas-SP)*, *Notícias do Dia (Florianópolis- SC)*, *O Estado do Mato Grosso do Sul (Campo Grande- MS)*, *O Jornal (Maceió- AL)*, *O Sul (Porto Alegre- RS)*, *O Tempo (Contagem-MG)*, *Oeste Notícias (Presidente Prudente- SP)*, *Página 20 (Rio Branco-AC)*, *Todo dia (Americana- SP)*, *Tribuna do Norte (Apucarana-PR)*, *Tribuna Imprensa (Araraquara-SP)*, *Valor Econômico (São Paulo-SP)*.

3.7 A imprensa hoje

Com o aparecimento e o aumento gradativo da influência de novos meios de comunicação, ao longo do século XX, primeiro pelo rádio, depois pela televisão e na última década, pela tecnologia digital, o jornal foi perdendo o lugar de fonte exclusiva de informação.

O surgimento dessas novas mídias como a TV por assinatura e a internet mexeram com o jornalismo tradicional. Os jornais precisaram se adaptar a essas novas mídias e, ao mesmo tempo, fazer com que os seus leitores continuassem a prestigiar as edições impressas. Assim, ao mesmo tempo em que investiam em edições online de seus jornais, as empresas jornalísticas continuavam inovando com relação ao conteúdo de suas versões impressas. Ao investir na inovação técnica e editorial, os jornais conseguiram superar os desafios surgidos a partir do nascimento e crescimento de novas mídias.

Para a Marialva Barbosa na contemporaneidade, há uma convergência midiática, transformação de modos impressos de comunicação, uma nova formatação desses meios de comunicação que passa a ser muito mais espraiados pela sociedade como se tivesse voltando para o século XVIII, onde cada um pode ser divulgador do seu conteúdo, das suas opiniões e informações fazendo com que alguns afirmem o aparecimento de uma mídia de multidão, mas o que há é uma transformação nas práticas jornalísticas, nas práticas de comunicação nesse universo nas práticas de comunicação massiva e maciça, que é uma característica dos meios atuais da história, no caso brasileiro.

Alguns jornais brasileiros deixaram de existir em versões impressas. Entre eles o jornal do Brasil que nos meados de 2010 se tornou exclusivamente digital, *Gazeta Mercantil*, considerado o maior e melhor jornal de economia e negócios da América Latina, *Jornal da Tarde*, veículo pertencente à família Mesquita, do Grupo Estado, e que revolucionou a linguagem jornalística durante os anos 1970, o *Estado do Paraná*, diário pertencente ao ex-governador Paulo Pimentel, trocou de dono, deixou de circular em papel e ficou apenas com sua versão na Web.

Os jornais populares também transformaram o mercado de mídia impressa brasileiro. Que são os veículos voltados para o consumidor de menor poder aquisitivo que seguem uma fórmula. Nasceram neste contexto os jornais *Extra* (RJ), *Agora São Paulo* (SP), *Folha de Pernambuco* (PE), *Primeira Hora* (MS), *Notícia Agora* (ES), *Expresso Popular* (SP), *Diário Gaúcho* (RS), entre outros. Estes jornais, voltados para a periferia, ressurgem em formato tabloide, com linguagem coloquial e uso acentuado de gírias, manchetes escandalosas e preço acessível às classes mais baixas (geralmente em torno de R\$ 0,50). Fazem parte deste novo grupo de jornais veículos como o *Super Notícia* e o *Aqui* (MG); *Aqui* (DF); *Diário Gaúcho* (RS); *Daqui* (GO) *Meia Hora* e *Expresso* (RJ)

Outro ponto importante na história da imprensa brasileira é o surgimento dos jornais gratuitos que surgiram no país. São eles os jornais *Destak* e *Metro*, diários, pequenos, em formato de tabloide, cheio de cores e com matérias bem curtas.

Assim sendo, hoje, é possível dizer que tanto os jornais impressos quanto os jornais online se complementam.

4. A IMPRENSA DE CABO VERDE E A IMPRENSA BRASILEIRA

O jornalismo, mesmo levando-se em consideração todas as interferências em seu processo de mediação, ainda é uma ferramenta de comunicação imprescindível nas sociedades, sobretudo nas democráticas. É um meio através do qual todo o cidadão tem a possibilidade de expressar e de divulgar as suas ideias sem impedimentos, a par do direito de estar informado para participar de forma ativa na vida política e social. Contudo, é de realçar que os desígnios desta atividade sempre variaram consoante o tempo e a realidade, onde ela floresce. Ou seja, a forma como se processa a atividade jornalística é consequência direta do regime político adotado em cada país ou região.

Denominado quarto poder, após os outros três poderes do estado Democrático, o jurídico, executivo e judiciário, os meios de comunicação de massa são considerados o quarto poder devido a influencia da mídia na sociedade. O jornalismo sempre aguçou a sede dos poderes instituídos, que, de forma declarada ou ofuscada, procuram controlar a sua ação, daí surgindo os diferentes modelos de jornalismo, constituindo, cada um, o reflexo do regime político prevalecente na respectiva sociedade.

Tal como o Brasil, Cabo Verde também foi colônia de Portugal e tem como língua oficial o português, mas quando o assunto é Comunicação Social, os meios de comunicação são completamente diferentes nos dois países.

Em Cabo Verde, no ano de 1836 o Governo português, através da Pasta que tutelava a Marinha e o Ultramar, ordenou pelo Decreto de sete de Dezembro que se imprimisse um Boletim que teria como redator o secretário do Governo (Oliveira, 1998, página ,17) .

Esta prescritiva jurídica, também, acabou por abranger as colónias asiáticas, uma vez que já tinham instalado, nesses territórios, as tipografias. O referido decreto era completamente obsoleto para o contexto cabo - verdiano, uma vez que, no continente Africano, as condições técnicas para a prática da impressão, ainda, tinham que ser criadas.

E só em 1842 começou a ser publicado, em Cabo Verde, o Boletim Oficial do Governo-geral, destinado a imprimir os primeiros periódicos das Colónias. Essas tipografias colocavam-se a serviço da Monarquia e do Governo, para defender explicitamente os seus interesses comerciais e industriais.

Já no Brasil foi diferente. A história da imprensa brasileira tem seu início em 1808 com a chegada da família real portuguesa, sendo até então proibida toda e

qualquer atividade de imprensa no território Nacional. As tipografias existentes eram clandestinas.

O primeiro modelo de jornalismo que surgiu e perdurou por muito tempo em Cabo Verde foi o jornalismo autoritário, no qual a atividade era submetida ao controle direto do Estado, através do Governo e da censura.

Na esteira disso, até os correspondentes estrangeiros são vistos como ameaça, enquanto os jornalistas nacionais ficam sujeitos à autoridade do Estado, não havendo, em consequência, a liberdade de imprensa.

Em Cabo Verde, trinta anos depois da produção do Boletim Oficial, mais precisamente em 1877, é que o país conheceu o seu primeiro jornal, de nome *Independente*, impresso na Cidade da Praia, Ilha de Santiago, Capital de Cabo verde.

Em Cabo Verde circunstâncias múltiplas dificultavam a produção de jornais. Desde a posição isolada que o país ocupa no meio do Atlântico, o que impossibilita o abastecimento por via terrestre, passando pelas condições climatéricas adversas: o arquipélago tinha que importar todos os materiais necessários para a produção dos jornais, o que dificultava todo o processo.

Os fatores humanos também foram bastante decisivos na fase embrionária da imprensa cabo-verdiana. Naquela altura o país contava com um único tipógrafo, de quem dependia completamente toda a produção de jornais. Outro fator que também dificultou o desenvolvimento da imprensa em Cabo verde foi à inexistência de profissionais que se ocupassem do jornalismo. Além disso, durante um longo período de tempo a imprensa não fazia mais do que o retrato dos assuntos que interessavam ao Governador, o que dificultava o desenvolvimento de uma imprensa autônoma e impossibilitava a liberdade de expressão.

Já no Brasil houve necessidade de surgimento de um jornal para difundir atos da coroa portuguesa. A imprensa brasileira, nasceu oficialmente no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808, ou seja, oito anos depois começa a ser publicado o primeiro jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*, e começa a circular em 10 de setembro de 1808, impressa em máquinas trazidas da Inglaterra.

Só a partir de 1950 a imprensa cabo-verdiana começou a ganhar expressão, sempre ligada à literatura. De 1940 a 1961 surgiram várias publicações em Cabo Verde, na sequência dos movimentos liberais africanos. Muitos jornais foram extintos, devido, principalmente, a problemas financeiros.

No Brasil, após a proclamação da República, o processo de desenvolvimento da imprensa brasileira continuou. A profissionalização dos jornalistas foi o destaque da época em que já havia jornais de circulação nacional como O Globo e Jornal do Brasil, ambos existentes até os dias atuais, mesmo que no caso do Jornal do Brasil apenas em meio digital.

Segundo Néelson Werneck Sodré, a passagem para o século XX ficou caracterizada pela transição da pequena para a grande imprensa, em que os jornais de estrutura restrita deram lugar a grandes empresas com todo o aparato gráfico e tecnológico necessários para colocar nas ruas tiragens antes inimagináveis no Brasil. Junto com a modernização, o capitalismo e a necessidade pelo lucro nunca estiveram tão claros na imprensa. Como dinheiro e poder possuem uma estreita relação, era muito comum entre os primeiros governantes da República subornar ou se apropriar da imprensa como porta-vozes de suas gestões. Sodré ainda conta que o ex-presidente Campos Salles não tinha vergonha em assumir que comprava a opinião e o apoio da mídia.

Em Cabo verde a imprensa teve um rumo profundamente diferente da imprensa brasileira. Com o advento do partido único em Cabo Verde, no dia 5 de Julho de 1975 o país adotou o modelo autoritário de jornalismo, cujas raízes remontam à própria filosofia política do partido que se achava no Poder. Nesse momento o controle da informação, bem como dos órgãos de comunicação social, era feito pelo partido Poder Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo verde (PAIGC).

Segundo Humberto Cardoso, “esse controlo do Partido sobre a comunicação social foi várias vezes explicitado pelos documentos do mesmo e pelos seus dirigentes” (CARDOSO, 1993, 202)

Em Cabo Verde a década de 90 ficou marcada por uma série de conflitos entre jornalistas, governantes e gestores midiáticos, ocasionando demissões e rompimentos de muitos profissionais com a instituição empregadora.

Enquanto isso, no Brasil, até o ano de 1930 e no início do governo de Getúlio Vargas, a imprensa brasileira se organizou com sindicatos. Os jornalistas eram vistos como profissionais a serviço dos fatos. Grandes grupos, como os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, criaram impérios da comunicação de massa.

Em 1991, com a abertura política em Cabo Verde, registaram-se alterações na legislação da comunicação social vigente até a altura, proporcionando, assim, uma maior margem de manobra no campo jornalístico, mormente no que dizia respeito à liberdade de imprensa e de expressão. Após um período de monopólio estatal, em 1992, regressam as iniciativas privadas de radiodifusão, com o nascimento, em S. Vicente, da Rádio Nova, emissora de cariz religioso.

Já no Brasil, a partir de 1950 a televisão começou a fazer parte da revolução pela qual o jornalismo e a imprensa, de modo geral, estavam passando. Anos antes, o rádio havia iniciado esse processo de diversificação midiática.

Para a professora Marialva Barbosa, o processo Histórico entre Cabo Verde e Brasil é completamente diverso. “A única aproximação que se pode fazer é que tal como Cabo verde também no Brasil a imprensa surgiu ainda quando era domínio de Portugal, ou seja, a imprensa num país colonial“ (BARBOSA, 2013)³.

A pesquisadora conta que no Brasil até 1808 (quando houve a chegada da Família Real e se construiu a Imprensa Regia), toda a atividade de impressão era proibida no território Nacional. As tipografias existentes eram clandestinas. A partir de 1808, quando a corte veio para o Brasil, houve a necessidade de se imprimir um jornal não apenas para difundir os atos da coroa, mas também para estabelecer um elo com a própria população portuguesa, que veio acompanhando o século da coroa.

A partir do ano 1820 com a revolução do porto, começa os primeiro períodos de liberdade de imprensa e a difusão dos jornais de maneira extensiva pelo país.

No segundo reinado houve a expansão da esfera publica. “E aí você tem a expansão dos jornais impreso em várias províncias do Brasil mesmo as mais longínquas, por exemplo, hoje o que é conhecido como Goiás, ou que é conhecido como Pará, ou seja, a partir de 1920 há expansão dos jornais no território nacional e a formação de que alguns chamam a constituição de uma esfera publica em que os jornais vão ser extremantes importantes no desenvolvimento das discussões políticas dos espaços públicos. Isso não significou o desaparecimento das praticas orais, que continuaram a ser extremamente importantes e forma de produção de possibilidade de visão de informação também esses espaços”, explica Marialva.

Já no segundo reinado acontece uma serie de transformações não só em função do que se fala atualmente que era maior liberalidade em relação a empresa. Mas as próprias

³ Entrevista concedida à autora

transformações tecnológicas, que mudaram as feições das revistas, dos jornais e possibilidades, por exemplo, de revistas chamadas ilustradas e um desenvolvimento exponencial da imprensa do país.

No segundo reinado também houve o aparecimento de jornais de grande tiragem e uma expansão do público no início do século XX final do século XIX. Para se ter uma ideia de grandeza, o jornal diário do Rio de Janeiro em 199 tira 150.000 exemplares e a cidade já contava 500.000 habitantes,(quase a população atual de Cabo Verde), então o jornalismo apresenta um processo evolutivo completamente diferente em Cabo Verde e no Brasil, tanto no que se refere às práticas sociais, quanto à historicidade, diz Marialva Barbosa.

E a gente observa na contemporaneidade, o que a gente chama de uma convergência midiática, transformação de modos impressos de comunicação, uma nova formatação desses meios de comunicação que passam a ser muito mais espalhados pela sociedade como se estivessem voltando para o século XVIII, cada um podendo ser divulgador do seu conteúdo, das suas opiniões e informações, fazendo com que alguns afirmem o aparecimento de uma mídia de multidão, mas o que há é uma transformação nas práticas jornalísticas, nas práticas de comunicação nesse universo, nas práticas de comunicação massiva e maciça, que é uma característica dos meios atuais da história, no caso brasileiro (BARBOSA, 2013) ⁴.

Marialva Barbosa conclui reafirmando que a única semelhança é a condição de colônia submetida a forças dominantes. O processo do Brasil sendo muito mais complexo pela própria conformação do território, pela própria formação histórica do país.

Atualmente o arquipélago de Cabo Verde conta com quatro jornais em versões impressas. São eles A Semana, Expresso das ilhas, A Nação, *Artiletra*. Desses quatro jornais apenas o *ArtLetra* não possui a versão online. Existem ainda jornais digitais, que não são impressos, são elas Notícia do Norte, *Sapo. CV* e *inforpress*.

Todos esses jornais tem uma tiragem de 5. 000 exemplares.

Segundo Associação dos jornalistas de Cabo verde, AJOC o país conta com 100 jornalistas associados.

⁴ Entrevista concedida à autora

A *Semana* é jornal com maior penetração no mercado mediático cabo-verdiano e tem alguma audiência na diáspora, com particular destaque para a comunidade cabo-verdiana emigrante nos Estados Unidos da América.

A *Semana* é um semanário generalista que tem um portal na Internet e abrange os diversos sectores da sociedade cabo-verdiana e do internacional. É um dos jornais mais completos, contando com vários suplementos como a *Kriolidade*, dedicada à cultura; o *Cifrão*, dedicado à Economia. Tem ainda o suplemento *A Semaninha*, feito por adolescentes do secundário e dedicado à comunidade adolescente e juvenil.

O portal de notícia SAPO Cabo Verde foi um grande marco na imprensa Cabo verdiana, pois ele disponibiliza as notícias online de todos os jornais do país. O sapo funciona como uma banca virtual onde as notícias podem ser lidas pelo Cabo-verdiano dentro e fora do país e o produto é inteiramente grátis.

Já no Brasil o cenário é totalmente diverso do arquipélago de cabo Verde. O número total de jornais brasileiros em circulação é de 4.835, com uma circulação média de jornais pagos de 8,802 de exemplares. E os maiores jornais de circulação no território Nacional são *Folha de S. Paulo* (SP), *Super Notícia* (MG), *O globo* (RJ), *Estado de S. Paulo* (SP), *Extra* (RJ), *Zero Hora* (RS), *Diário Gaúcho* (RS), *Daqui* (GO), *Correio do Povo* (RS), *Meia Hora* (RJ), *Aqui* (Consolidado das edições de MG, MA, DF e PE), *Agora São Paulo* (SP), *Dez Minutos* (AM), *Estado de Minas* (MG), *Lance* (RJ), *Expresso da Informação* (RJ), *Correio* (BA), *Valor Econômico* (SP), *Tribuna* (ES), *O Tempo* (MG), *Correio Braziliense* (DF), *Jornal NH* (RS), *O Dia* (RJ), *Gazeta do povo* (PR), *Jornal do Comércio* (PE), *Diário Catarinense* (SC), *A Tarde* (BA), *Diário de S. Paulo, Aqui* (PE), *Na hora H* (DF), *Aqui* (MG), *Aqui* (DF), *Folha de Londrina* (PR), *Hora de Santa Catarina* (SC), *Diário do Nordeste* (CE), *Correio Popular* (SP), *O Popular* (GO), *Pioneiro* (RS), *A Gazeta* (ES), *Diário do Pará* (PA), *Notícia Agora* (ES), *Cruzeiro do Sul* (SP), *Gazeta de Piracicaba* (SP), *Diário de Pernambuco* (PE), *Hoje em Dia* (MG), *Jornal de Piracicaba* (SP), *Massa* (BA), *O Povo* (CE), *Notícia já* (SP) e *Diário da Região* (SP)

O jornal *Folha de São Paulo* (SP) liderando o ranking com 297.650, em seguida *Super Notícia* (MG) com 296.799, na terceira posição *O Globo* (RJ) com 277.876, na quarta posição *O Estado de S. Paulo* (SP) com 235.217 e na quinta posição o jornal *Extra* com 209.556 mil de exemplares em todo o território Nacional.

O país conta com 59.668 jornalistas em todo o território nacional com registro profissional segundo a Associação nacional de Jornais

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, vamos abordar as políticas de comunicação, em Cabo Verde, que nos últimos quinze anos têm sido conduzidas através de avanços e recuos.

O regime de partido único era visto como sinônimo da falta de liberdade, onde, antes de servir o interesse público e as necessidades de informação que os cidadãos tinham, os meios de comunicação – maioritariamente públicos – serviam ao poder instalado. Havia, no arquipélago, quase que uma sede da liberdade.

No regime de partido único, Cabo Verde adotou um modelo autoritário de jornalismo, em que o controle da informação e dos órgãos de comunicação social era feito pelo partido no poder. Portanto, adotou-se um modelo de jornalismo condizente com o regime político estabelecido.

As primeiras decisões que o primeiro Governo democrático tomou no país, foram no sentido de atender ao que o povo ansiava. Mais do que criar riquezas e empregos, na legislatura de 1995/96, o Governo criou *um clima de liberdade* e de confiança no país, podendo, as pessoas, manifestarem, “livremente”, as suas opiniões. Essas decisões acabaram por desembocar na aprovação da Constituição da República de Cabo Verde, em 1992, e, posteriormente, em um conjunto de legislações que procuraram salvaguardar a liberdade de atuação dos jornalistas, preservando o direito à informação e à liberdade de expressão.

Ao refletir sobre a imprensa cabo-verdiana, fazendo uma análise do passado e verificando o seu estado atual, concluímos que ela desenvolveu-se muito lentamente, numa fase inicial, e que enfrentou constrangimentos de diversas ordens, entre os quais: a falta de liberdade de expressão e informação, a censura, a falta de meios técnicos e recursos humanos, consequência do regime político fixado a altura.

No entanto, hoje, podemos dizer que, apesar da imprensa cabo-verdiana se debruçar mais sobre a política e os políticos, o jornalismo deu passos significativos. Exemplo disso é a pluralidade de meios de comunicação social, existente no país, que se traduz na existência de novos jornais e televisões privadas, bem como na web jornalismo, este último com maior alcance e menor custo. A regulamentação e a entrada em vigor da carteira profissional dos jornalistas constituem também sem dúvidas ganho extraordinário para a atividade jornalística, o que traz a perspectiva de uma melhor qualidade do produto jornalístico no país.

Contudo, é de se estranhar o fato de o país ainda não ter uma imprensa diária. Além disso, os relatórios dos organismos que defendem a liberdade de imprensa no mundo dão nota positiva ao jornalismo praticado em Cabo Verde embora reconheçam a existência de algumas fraquezas.

Já aqui no Brasil, com o aparecimento e o aumento gradativo da influência de novos meios de comunicação, ao longo do século XX, principalmente a tecnologia digital, o jornal impresso foi perdendo o lugar de fonte exclusiva de informação.

Os jornais se adaptaram a essas novas mídias e, ao mesmo tempo, fizeram com que os seus leitores continuassem a prestigiar as edições impressas. Assim, ao mesmo tempo em que investiram em edições online de seus jornais, as empresas jornalísticas continuavam inovando com relação ao conteúdo de suas versões impressas. Ao investir na inovação técnica e editorial, os jornais vêm buscando superar os desafios surgidos a partir do nascimento e crescimento de novas mídia, apesar de o aparecimento da mídia digital causar o desaparecimento de alguns jornais impressos no Brasil a quebra de paradigmas na estrutura comercial das empresas ainda é um problema sem soluções seguras para a subsistência delas.

Apesar de um amplo campo de comunicação social no Brasil é notar que não existe uma real liberdade de imprensa, principalmente devido às instâncias políticas e financeiras ainda refletirem na linha editorial de cada empresa.

Este trabalho não tem um objetivo de aprofundar verticalmente pontos de pesquisa, mas de estabelecer uma ampla perspectiva do paralelo entre referências que dificilmente um estudante local poderia obter sem a vivência de romper as fronteiras de uma cultura geográfica e economicamente isolada. Muito há que se explorar nessa proposta, e esse estudo representou não um resultado, mas um ponto de partida, fruto do plantio de possibilidades pela experiência de graduação por intercâmbio, que chega a termo neste trabalho monográfico, mas é apenas o começo das possibilidades de desenvolvimento do que foi vivenciado até aqui.

6. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva, **História cultural da Imprensa**, Brasil (1800-1900), Mauad X, 2010, 1ª edição.

BARBOSA, Marialva, **História cultural da Imprensa**, Brasil (1900-2000), Mauad Editora (N/D), 1ª edição

BARBOSA, Marialva. **Entrevista concedida no dia 14 de Novembro de 2013**, no Rio de Janeiro à autora.

CARDOSO, Humberto , **O Partido Único em Cabo Verde - Um assalto à esperança**, 1993, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde.

Constituição da República de Cabo Verde; Edição da Assembleia Nacional Popular, Praia, 1992, 2ª edição.

FERREIRA, Isabel Lopes, **Mal-estar no jornalismo cabo-verdiano**, 2002, co-edição Associação Académica África Debate, Spleen Praia, Cabo Verde.

Jornal ASemana online. Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/>. Acesso: em 24 de Agosto de 2013.

Asemana On-line: MpD e PAICV, na divergência, entendem que é preciso «regular» a Comunicação Social. Disponível em: www.asemana.cv. Acesso em: 24 de Agosto de 2013.

Portal de notícias Sapo.CV .Disponível em: <http://www.sapo.cv/>. Acesso em 05 de setembro de 2013

Portal de Associação dos jornalistas de Cabo verde. Disponível em: <http://www.ajoc.org.cv/>. Acesso em 12 de novembro de 2013

Portal de Associação dos jornais. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/jornalistas-no-brasil/>. Acesso em 18 de Novembro de 2013

LARANJEIRA, Pires **Política, Jornalismo e literatura africana, in Jornalismo e Literatura**, Actas do II Encontro Afro –Luso – Brasileiro, 1988.

OLIVEIRA, João Nobre, **A imprensa cabo-verdiana, 1820 – 1975**, Macau, Fundação Macau, 1998.

SOUDRÉ, Nelson Werneck, **História da imprensa no Brasil**, Muad Editora Ltda, 1998^a edição.

SILVA, Filomena, Entrevista concedida a autora, no dia 18 de novembro de 2013.

TCV – Televisão de Cabo Verde. Disponível em: <http://www.rtc.cv/tcv/>. Acesso em 19 de outubro de 2013.

7. ANEXOS

ENTREVISTA MARIALVA BARBOSA

O processo Histórico entre Cabo Verde e Brasil é completamente diverso. A única aproximação que se pode fazer é que tal como Cabo verde também no Brasil a imprensa surgiu ainda quando era domínio de Portugal, ou seja, a imprensa num país colonial. Só que no Brasil até 1808 quando houve a chegada da família real se construiu a impressão regia, toda a atividade de impressão era proibida no território Nacional mesmo as tipografias clandestinas que existiam. Existiam várias durante o século XVIII, 1740, no Rio, em Pernambuco, Ouro Preto, etc. Eram severamente reprimidas pela coroa portuguesa.

A partir de 1808 quando a corte veio pro Brasil houve a necessidade de aqui se imprimir um jornal não apenas para difundir os atos da coroa, mas também para estabelecer elo com a própria população portuguesa que veio acompanhando o século da coroa.

A partir do de 1820 vai à revolução do porto, começa os primeiro períodos de liberdade de imprensa e a difusão dos jornais de maneira extensiva pelo país.

E aí você tem a expansão dos jornais impreso em várias províncias do Brasil mesmo as mais longínquas, por exemplo, hoje o que é conhecido como Goiás, ou que é conhecido como Pará, ou seja, a partir de 1920 há expansão dos jornais no território nacional e a formação de que alguns chamam a constituição de uma esfera publica em que os jornais vão ser extremantes importantes no desenvolvimento das discussões politicas dos espaços públicos e isso não significou o desaparecimento das praticas orais, que continuaram a ser extremamente importantes e forma de produção de possibilidade de visão de informação também esses espaços.

É durante o primeiro império, reinado, a expansão da esfera publica brasileira e no segundo reinado acontece uma serie de transformações não só em função, do que se fala atualmente que era maior liberalidade em relação à empresa. Mas as próprias transformações tecnológicas, que mudaram as feições das revistas, dos jornais e possibilidades, por exemplo, de revistas chamadas ilustradas e um desenvolvimento exponencial da imprensa do país no segundo reinado que combina com o aparecimento de jornais de grande tiragem e uma expansão o publico já no inicio do século XX final do século XIX. Para você ter ideia o jornal diário do Rio de Janeiro em 199 tiram 150. 000

exemplares e a cidade já tinha 500.000 habitantes, então é completamente diferente o lugar um do outro, as praticas sociais, historicidade e durante o século XX é uma confluência de meios de comunicação, ou seja, o aparecimento de novos meios para tornar mais eficiente o ato de comunicar – se, então na década de 20 já tem o aparecimento do rádio no brasil, que passa a ser o meio mais popular evidentemente pelas próprias praticas da oralidade que são predominantes no território brasileiro.

Nos anos de 1950 tem o aparecimento da televisão, que vai ser o meio mais importante e há também o processo de diminuição das mídias chamadas mídias impressas e uma expansão exponencial, por exemplo, os anos 60, o aparecimento das chamadas revistas de informação, como por exemplo, *veja*, *Isto* e etc.

E a gente observa na contemporaneidade, o que a gente chama de uma convergência midiática, transformação de modos impressos de comunicação, uma nova formatação desses meios de comunicação que passa a ser muito mais espriados pela sociedade como se tivesse voltando para o século XVIII que cada um pode ser divulgador do seu conteúdo, das suas opiniões e informações fazendo com que alguns afirmem o aparecimento de uma mídia de multidão, mas o que há é uma transformação nas praticas jornalísticas, nas praticas de comunicação nesse universo nas praticas de comunicação massiva e maciça, que é uma caraterísticas dos meios atuais da historia, no caso brasileiro.

Então, não há muito aproximação, a única aproximação é essa que ambos eram colônias e submetidas às forças dominantes da colônia. E esse processo do Brasil eu acho que é muito mais complexo pela própria conformação do território, pela própria formação histórica do Brasil que é completamente diferente de Cabo verde e ai os meios de comunicação também serão profundamente diferentes dos dois países.

Não sei dizer se tem um ponto caraterísticos na imprensa brasileira. Eu acho que a principal característica da imprensa Nacional Brasileira é o conservadorismo do pensamento conservador brasileiro, é o tradicionalismo do estudo predominante da sociedade, e há uma pretensão a ser nacional com todo rigor fora a televisão que é de fato nacional. Ela é caracterizada pelo localismo, ou seja, são mídias muito mais locais que nacionais são as três grandes caraterísticas que atravessam a década da expansão.

**À DIRECÇÃO DO JORNAL A SEMANA
PALMAREJO, PRAIA
CABO VERDE**

Exma. Senhora Diretora,

Sou cabo-verdiana, estudante do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro e encontro-me no último semestre do curso, pelo que no âmbito da exigência curricular, tenho estado a redigir a Monografia de Conclusão de Curso cujo tema centra-se na “Utilização dos recursos digitais por jornais tradicionalmente impressos em papel”. Sendo o vosso prestigiado Jornal o principal meio de comunicação impresso em Cabo Verde e igualmente o “A semana Online” o primeiro Jornal Digital de Cabo Verde, tomei a liberdade de vos endereçar esta nota solicitando os vossos bons préstimos no sentido de disponibilizarem a responder-me algumas perguntas que com certeza irão contribuir para enriquecer o meu trabalho.

Na expectativa de uma resposta positiva queiram aceitar a expressão da minha mais alta consideração e amizade.

Rio de Janeiro, 04 de Novembro de 2013.

Rossana Ribeiro
Estudante Jornalismo

QUESTIONÁRIO

1. Em que ano o jornal A SEMANA no formato digital entrou em linha?

R: 06 de Dezembro 2003.

2. A versão online obrigou a uma reestruturação interna? Houve aumento de pessoal? Foi necessário levar a cabo novos investimentos?

R: Não, o jornal já tinha pessoa capacitada e formada na área.

3. Houve alteração da estrutura organizativa da vossa instituição? Quais são os cargos de chefia e direcção que existiam antes da implementação do Jornal Online e quais existem hoje? (diretor, chefe redacção, etc.)

R: Não, mas os cargos continuam os mesmos, DG, DAF, REU, Chefe Redacção tudo sobre a supervisão direta da DG

4. A confirmação da fonte tem sido via telefone, online (e-mail) ou pela via tradicional, entrevista presencial?

R: Utiliza-se todos esses meios

5. Quantas pessoas trabalham na edição online? (repórteres, produtores, etc.)

R: Todos os funcionários, mas concretamente: os comerciais, repórteres e compositores/design (49, entre Praia, Sal, São Vicente, Fogo e Santo Antão)

6. Com a implementação do À SEMANA ONLINE registou-se alguma queda nas vendas do Jornal impresso? Que quantidade era impressa antes e qual o numero de impressão atual?

R: não se registou quebra e continuamos com os 5.000 tiragem.

7. A Direcção do jornal A SEMANA pretende manter o livre acesso ao seu site ou tem planos de adoptar o sistema de assinatura para a versão online, restringindo a sua visualização apenas aos assinantes? (sistema web paywall).

R: já temos a assinatura online via www.recortes.cv, mas pretendemos vir a restringir a fim de potencializar o site.

8. Um dos jornais centenários do Brasil o JORNAL DO BRASIL recentemente deixou de ser impresso e a direcção decidiu apostar unicamente na versão Online, estratégia, aliás, que vem sendo adoptada por muitos jornais tradicionais no mundo inteiro. O Jornal A SEMANA perspectiva seguir esse caminho?

R: Não, o publico aqui é, mas exigente e fiel à versão papel.

9. Em relação ao serviço publicitário, qual dos sectores, público ou privado, tem mais peso na solicitação do vosso serviço? É possível ter dados estatísticos e a percentagem de cada um?

R: O nosso publico é misto (publico e privado), infelizmente não temos dados estatística.

10. Atualmente os Jornais digitais privilegiam a utilização de recursos digitais como peças audiovisuais, infográfica, ilustrações animadas e primam pela atualização simultânea dos acontecimentos. Neste contexto, quais são os planos do Jornal A SEMANA ONLINE? Vão priorizar a utilização dos recursos digitais? E em relação a atualização do conteúdo terá maior celeridade?

R: o jornal tradicional vai continuar não obstante o novo paradoxo da modernização do sector da comunicação com novas tecnologias sempre bemvinda que iremos acompanhar de perto e implementar.

11. Em relação ao Jornal digital, quais são os planos e expectativas para o futuro em termos de Comunicação Visual, Design Editorial, Recursos multimídia?

R: Tende-se a melhorar e fazer uma forte aposta, acompanhando as exigências do mercado, lidar com a imagem e competitividade do mercado nacional e internacional, mas antes temos que sensibilizar os internautas e potenciais clientes.

Obrigada!